

# MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, S.A.

RELATÓRIO  
E CONTAS  
2013

# ÍNDICE

Órgãos Sociais	03
Relatório do Conselho de Administração	04-22
Demonstrações Financeiras	23-29
Anexo às Demonstrações Financeiras	30-115
Anexos	116-121
Relatório Sobre o Governo da Sociedade	122-144
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	145-149

# ÓRGÃOS SOCIAS

---

**MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, S.A.**

---

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Carla Cristina Curto Coelho

**Conselho de Administração**

Presidente	Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.", que nomeou para exercer o cargo em nome próprio, José António Rodrigues Nunes Coelho
Vogais	Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho Maria João Carozo Honório Paulino de Sales Luís

**Conselho Fiscal**

Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto Luís Augusto Máximo dos Santos
Suplente	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores****Oficiais de Contas**

---

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, R.O.C.

**01**

RELATÓRIO  
DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# 1. Enquadramento da Atividade

## 1.1. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

O ano de 2013 caracterizou-se pela continuidade do processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos fundamentalmente através de medidas de consolidação orçamental e de uma progressiva desalavancagem do setor privado.

Este processo tem, naturalmente, implicado um impacto negativo ao nível da atividade e do emprego, sendo, ainda assim, inferior ao que decorreria de uma situação de interrupção do acesso a financiamento.

### Projeções do Banco de Portugal - Taxa de variação anual

(%)

	2013	2014
PIB	-1,5	0,8
Consumo Privado	-2,0	0,3
Consumo Público	-1,5	-2,3
Procura Interna	-2,7	0,1
Exportações	5,9	5,5
Importações	2,7	3,9
Contributo p/ crescimento do PIB (em p.p.)		
Exportações líquidas	1,1	0,7
Procura interna	-2,7	0,1
Balança Corrente e de Capital	2,5	3,8
Balança de Bens e Serviços	1,7	2,7
Índice de Harmonização de Preços do Consumidor	0,5	0,8

Fonte: Banco Portugal - Relatório de Inverno 2013

A projeção engloba um perfil de ligeira recuperação da procura interna, em particular no que se refere ao consumo privado, mas continuará a ser condicionada pela manutenção das condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter o nível de crescimento uma vez que as exportações de bens e serviços, e em particular bens energéticos refinados e turismo, revelaram um aumento assinalável, refletido na correção de desequilíbrios do tecido económico nacional, sendo de destacar o aumento dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis e a inversão do saldo da balança corrente e de capital para valores positivos, o que traduz uma capacidade líquida de financiamento da economia.

Relativamente a este último aspeto, é de referir que, entre 2011 e 2013, a economia portuguesa passou de uma situação de necessidade líquida de financiamento externo de cerca de 10% do PIB para um excedente de 2,5%, o que constitui, a par da consolidação orçamental, uma das características mais importantes do processo de ajustamento, dado o seu contributo para a sustentabilidade do endividamento externo, por via do aumento da confiança dos investidores.

No mercado de trabalho, os níveis de desemprego atingiram os 15%, não tendo sido significativa a redução ocorrida no segundo semestre. Este fator aliado à redução do preço das matérias-primas expressas em Euros contribuíram para que a inflação em 2013 se situe nos 0,5%.

A política orçamental manteve-se restritiva em 2013, com a manutenção de diversas medidas de austeridade, nomeadamente redução de vencimentos e pensões e aumento da carga fiscal, sendo expectável o cumprimento do objetivo para o défice orçamental de 5,5% do PIB, mesmo excluindo o efeito do processo de recuperação extraordinária de dívidas fiscais que equivaleu a cerca de 0,7% do PIB. A acumulação deste défice ao montante de dívida pública já existente, deverá fazer com que esta aumente para cerca de 130% do PIB.

Tendo-se verificado uma redução dos prémios de risco, face ao ano anterior, pode concluir-se que as condições monetárias e financeiras da economia portuguesa melhoraram em 2013, apesar de se manterem restritivas.

Em 2014, a economia nacional deverá registar um crescimento, que, embora reduzido, marca a esperada inversão do ciclo recessivo iniciado em 2011, enfrentando ainda o desafio de retomar o pleno acesso a financiamento junto dos mercados financeiros internacionais. O cumprimento destes objetivos impõe que Portugal seja capaz de assegurar a continuação do processo de ajustamento, para o qual deverão contribuir a manutenção da política de consolidação orçamental, a continuação do programa de reformas estruturais e a adoção de um enquadramento legal e institucional estável que favoreça o investimento produtivo.

## **1.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora**

Em 2013, o mercado segurador nacional voltou a ter as condicionantes de uma conjuntura económica desfavorável, tendo, contudo, apresentado um crescimento de 20,2% no montante de prémios, para 13,1 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 8% do PIB), beneficiando da recuperação do montante de prémios do ramo Vida para o qual contribuiu, de forma relevante, a alteração das políticas de captação de recursos por parte dos maiores grupos financeiros nacionais.

Neste sentido, a atividade Vida conheceu um aumento do montante de prémios em 33,6%, para 9,2 mil milhões de euros, beneficiando do aumento ao nível dos produtos financeiros com destaque para os PPR's, produto no qual se materializam os receios relativamente à redução futura do nível de pensões asseguradas pelo Estado.

Nesta área de negócio, verificou-se um aumento dos níveis de concentração no mercado segurador, quer medido em termos de prémios emitidos, quer em termos de responsabilidades técnicas.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um decréscimo de 3,1%, para 3,9 mil milhões de euros, refletindo a evolução da situação económica nacional, com particular impacto nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. De referir, pela positiva, o aumento do montante de prémios nos ramos Riscos Múltiplos Habitação e Doença, que reflete, respetivamente, o efeito de ajustamento dos capitais seguros por via da inflação e a crescente preocupação com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde.

À semelhança de anos anteriores, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração na atividade Não Vida, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

Os elementos disponíveis apontam ainda para uma melhoria dos resultados líquidos do setor segurador e dos seus níveis de solvência, tendo beneficiado da recuperação de valor por parte dos ativos financeiros, em especial ao nível dos mercados de dívida nacional.

Em 2014, a atividade seguradora poderá beneficiar da esperada inversão do ciclo económico, que, contudo, será ainda incipiente e, por esse motivo, de efeitos positivos limitados.

## 2. Atividade da Companhia

“Gerir Sistemas de Saúde, associados ou não a seguros, contribuir para o crescimento e rentabilidade do negócio do Grupo Caixa Seguros na área de Seguros de Saúde e manter a liderança no mercado”

Esta é a Missão da Multicare, que ao liderar o mercado dos seguros de saúde contribui para a posição de referência e liderança do Grupo Caixa Seguros no mercado português.

As orientações estratégicas do Grupo estão naturalmente vertidas nos objetivos estratégicos da Multicare, e traduzem a intenção de:

- Criar valor para o Acionista
- Melhorar a oferta e qualidade de serviço ao cliente
- Valorizar e motivar os colaboradores

A crise macroeconómica sem precedentes e as consequentes repercussões sociais alteraram o panorama do setor segurador. Os objetivos estratégicos definidos para 2013 pretenderam a adaptação da Companhia ao novo contexto socioeconómico, bem como, responder ou antecipar as necessidades manifestadas pelos clientes. Assim, as metas definidas para o ano findo foram:

- **Redução da taxa de sinistralidade:** Melhoria da performance técnica de gestão do ramo, bem como a rentabilidade dos negócios, pelo que foi um dos objetivos mais importantes para a Companhia;
- **Aumento do índice de recuperação de anulações:** Retenção da carteira e fidelização dos clientes, através da proposta de condições que reduzam o risco de anulação face à conjuntura económica atual;
- **Redução do rácio de despesas gerais:** Maior eficiência na gestão dos recursos e consequente redução dos custos de exploração;
- **Manutenção da quota de mercado:** Manutenção da posição de liderança da Caixa Seguros no mercado de Seguros de Saúde;
- **Projeto redes próprias e segmentação de redes de prestadores:** Implementação no mercado de sub-redes de prestadores com condições de acesso diferenciadas;
- **Melhoria do índice de satisfação dos clientes:** Acompanhamento e medição do impacto nos clientes de todas as medidas adotadas no sentido de melhorar a sua satisfação;
- **Implementação de mecanismos de faturação eletrónica:** Desenvolvimento informático que permita o registo da faturação dos prestadores por via eletrónica, possibilitando a desmaterialização da faturação e a otimização processual entre a Multicare e a sua rede de prestadores;
- **Promoção da melhoria contínua:** Potenciação de ideias e ações inovadoras que contribuam para o bom funcionamento dos serviços e níveis elevados de satisfação dos clientes;
- **Desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais:** Promoção da gestão do conhecimento dos colaboradores, quer através de ações de formação interna e externa, quer através da partilha interdepartamental de conhecimentos.

A reformulação e lançamento da nova Oferta Multicare de Seguros Individual, em 2012, através da qual foram garantidos aumentos nos capitais mínimos de internamento, planos sem limite de idade de permanência e inclusão de coberturas como doenças graves e proteção ao pagamento, revelou impactos muito positivos quer em termos do aumento de pessoas seguras e de prémios, quer na satisfação dos clientes.

Foram implementadas junto da rede de prestadores ações que visaram a redução dos custos com sinistros, das quais se destacam o aumento do empacotamento cirúrgico, nomeadamente junto das grandes unidades hospitalares, ações de negociação que permitiram a redução do custo médio do sinistro em ambulatório, designadamente nas especialidades de patologia clínica, estomatologia, ginecologia, oftalmologia, ORL e dermatologia.

Ainda com o objetivo da melhoria do resultado técnico, através da redução do custo com sinistros, a monitorização da rede tem-se manifestado uma excelente ferramenta, uma vez que permite identificar comportamentos desviantes face à média, por especialidade, e desencadear ações preventivas.

Salienta-se a consolidação do trabalho de combate à fraude através da prevenção, utilizando novas parametrizações do sistema, e novos alertas para ocorrências com probabilidade de fraude, entre outros, mas também utilizando a avaliação de comportamentos, quer de prestadores, quer de clientes. Tendo presente que a situação económico-financeira da população em geral tem registado uma propensão natural para a anulação, a Multicare manteve este ano o contacto direto com clientes que manifestaram tal intenção com o objetivo de auscultar os motivos e desmotivar a anulação oferecendo produtos mais adequados à sua nova situação.

O resultado do inquérito de satisfação a clientes 2013 foi de 8,18 no índice de satisfação global (escala de 1 a 10). O inquérito abrangeu clientes utilizadores (tomadores, pessoas seguras com planos Multicare e cartões Activcare), tendo sido avaliado o grau de satisfação global e o nível de recomendação, que atingiu 8,23. As pontuações atribuídas pelos entrevistados revelam que 47% dos clientes são promotores dos seguros de saúde Multicare.

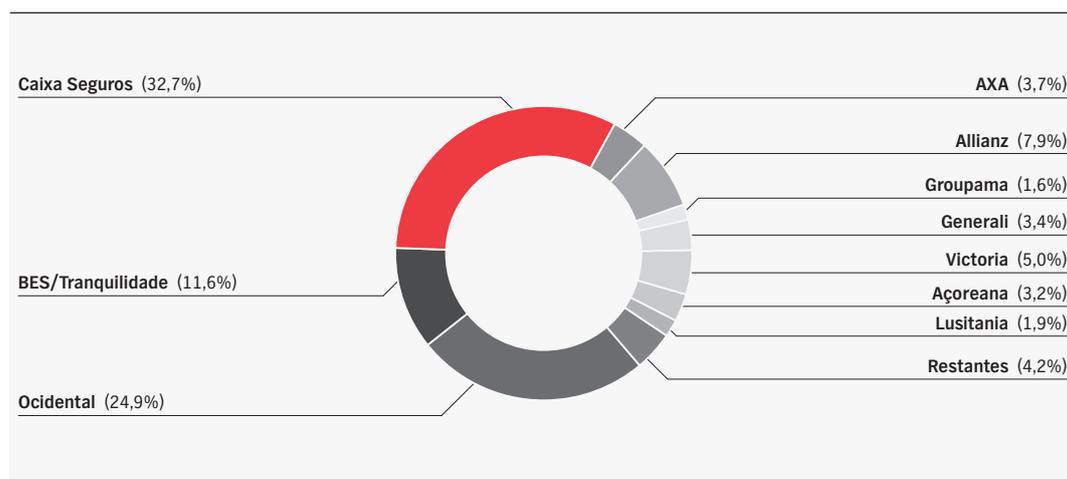
A Multicare tem tido uma preocupação constante na procura de soluções de produtos e serviços que visem fomentar uma crescente proximidade ao cliente, procurando ir ao encontro das suas necessidades. Deste modo, apresenta-se no mercado com uma abordagem de qualidade e de melhoria contínua, uma atitude de inovação permanente e de responsabilidade social, orientado para a satisfação do cliente.

A evidência deste esforço e posicionamento tem-se traduzido na manutenção da liderança de mercado e no reconhecimento da qualidade do serviço por parte dos clientes. Este valor realçou-se ainda na identificação de pontos fortes e na análise favorável à renovação do Certificado de Qualidade concedido pela Bureau Veritas ao Sistema de Gestão da Qualidade.

## 2.1. Principais Indicadores de Atividade

### • Quota de mercado

A Caixa Seguros e Saúde reduziu ligeiramente a sua quota de mercado, mantendo a liderança com uma distância significativa face aos restantes players.



### • Rácios por Pessoa Segura

(Valores em Euros)

Período	Prémio Médio/P.segura	Custo Médio/P.segura	Frequência/P.segura	Taxa Utilização	Taxa Sinistralidade
2013	274	219	3,75	58,46%	79,87%
2012	289	229	3,81	62,13%	79,15%

Verificou-se uma melhoria generalizada nos principais rácios por pessoa segura, exceção feita ao prémio médio por pessoa segura, que manifestou uma ligeira redução, face a 2012.

### • Atos médicos por cobertura

No que respeita aos atos médicos realizados por cobertura, destacam-se as tipologias nas quais ocorreram maior número de atos, comparativamente com o verificado em 2012:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Internamentos c/ custo efetivo	23 023	22 828
Consultas	857 081	872 609
Meios auxiliares de Diagnóstico		
Imagiologia/radiologia	242 477	241 600
Patologia clínica	180 619	179 750
Outras análises	217 860	217 442

(\*) - Inclui autorizações e reajustamentos;

### • Reclamações

O número de reclamações recebidas em 2013 não registou variação significativa face ao ano anterior, o que se traduziu num facto positivo tendo presente o aumento do número de pessoas seguras em 6,4%.

Para esta melhoria contribuiu a generalizada evolução positiva dos níveis de serviço e eficiência da Multicare.

	2013	2012	Δ%
N.º Reclamações	638	632	0,9
N.º Reclamações/mil pessoas seguras	0,9	1,0	-10,0
Tempo médio de resposta (dias)	5,4	5,7	-5,3

Destaca-se, igualmente, que se manteve a tendência para a redução da taxa de reaberturas de reclamações, que se situou, no final de 2013 em 6,5%, representando uma redução de 5,7 p.p. face a 2012.

### • Chamadas Recebidas

A continuada evolução positiva da generalidade dos níveis de serviços está refletida na tendência de redução do número de chamadas recebidas.

	2013	2012	Δ%
N.º de chamadas recebidas	633 091	673 415	-6,0
Taxa de chamadas atendidas (%)	97,30%	96,80%	0,5

### • Níveis de Serviço

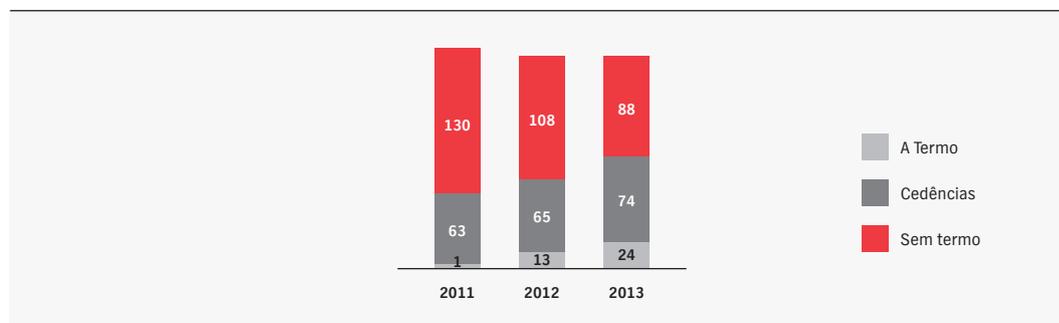
O enfoque na melhoria contínua e na satisfação do cliente permitiu uma evolução positiva dos indicadores de atividade, quando comparados com o período homólogo.

Neste sentido, destacou-se a melhoria do rácio de produtividade, a redução do tempo de resposta a pedidos de reembolso e rede, bem como do tempo de resposta a emissão de apólices.

## 2.2. Recursos Humanos

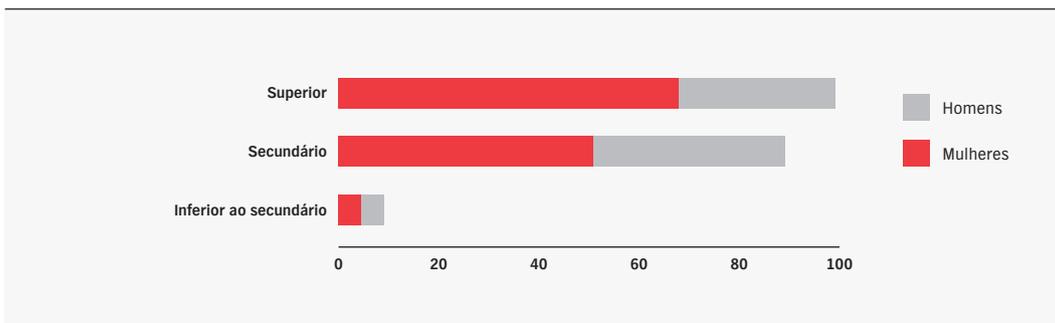
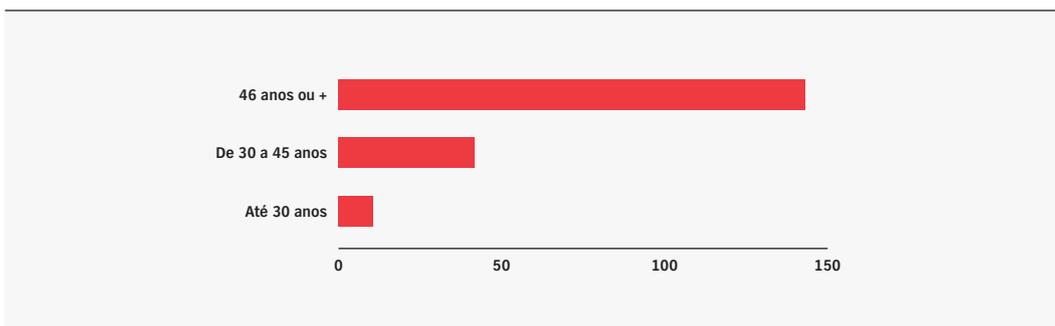
No final de 2013 o quadro de pessoal da Multicare ascendeu a 194 colaboradores, mais 8 colaboradores do que no final de 2012, resultado da integração do quadro de pessoal da EPS, empresa extinta durante o ano de 2013, e de transferências de colaboradores provenientes de empresas do grupo segurador.

Paralelamente, verificou-se uma estabilização do quadro permanente com a passagem a vínculo sem termo de um conjunto de colaboradores que ainda se encontravam com vínculo precário.



O quadro de pessoal apresentou as seguintes características:

- Manteve-se a percentagem de colaboradores do sexo feminino em 62%;
- Acentuou-se a preponderância do escalão etário 30-45, com idade média de 40 anos, que passou de 68% para 73%;
- Aumentou a percentagem de colaboradores com habilitações de nível superior de 48% para 51%;



No âmbito da promoção do conhecimento, destacou-se a continuação do plano anual de sessões temáticas e o início da implementação dos programas de "Business Development" e de formação interdepartamental.

Destacou-se, ainda, para incremento da motivação interna e desenvolvimento de espírito de equipa, a realização de ações enquadradas em diversas vertentes alinhadas com a estratégia e posicionamento da Companhia, designadamente promoção da vida saudável e solidariedade social.

Desenvolveu-se o relacionamento com Universidades, apoiando mestrados e doutoramentos, com vista ao desenvolvimento científico da área de produtos no âmbito da inovação.

## 2.3. Evolução da Carteira

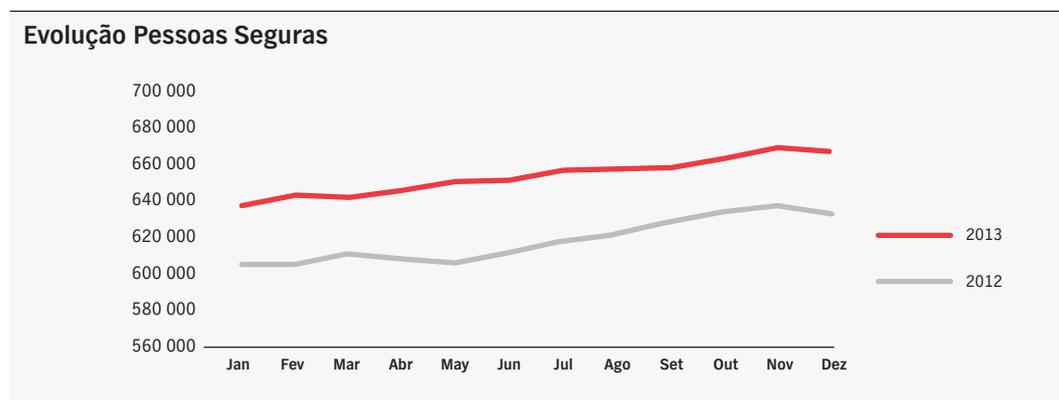
### • Resseguro Aceite

Tendo crescido aproximadamente 3% face ao período homólogo, os prémios emitidos em Resseguro Aceite ascenderam, este ano, a 185.806 m€.

(U = m€)

Seguradora	Prémios RA		Variação (%)
	2013	2012	
Fidelidade	183 547	180 492	1,7
Via Directa	29	0	100,0
Real Vida	49	33	48,7
Universal Seguros	2 181	0	100,0
<b>Total</b>	<b>185 806</b>	<b>180 525</b>	<b>2,9</b>

Verificou-se, em 2013, um alargamento do número de clientes da Multicare, decorrente dos Tratados de Resseguro estabelecidos com a Via Direta e a Universal Seguros, mantendo-se, porém, a Fidelidade como a principal ressegurada. O peso dos seguros de grupo, em matéria de prémios, reduziu-se ligeiramente passando de 61% para 60%.



O número de Pessoas Seguras registou um aumento na ordem dos 6,4%, terminando-se o ano com 688.947 pessoas seguras.

A taxa de sinistralidade de resseguro aceite é de 79,4%, registando um ligeiro acréscimo face ao ano anterior (0,3 pp).

#### • Seguro Direto

O Seguro Direto registou um volume de prémios de 2.940 m€, que traduz um crescimento de 4%, face ao ano anterior. Este aumento resultou do acréscimo de pessoas seguras nas apólices geridas em sistema de cosseguro e do incremento do negócio direto exclusivo da Multicare.

A taxa de sinistralidade foi de 84%, idêntica à do ano anterior.

## 3. Resultados

Da análise às Demonstrações Financeiras de 2013 destacam-se os seguintes aspetos:

#### Resultado técnico

O resultado técnico global da Multicare foi positivo em 18.401 m€.

Este resultado decorreu essencialmente do negócio de Resseguro Aceite, que apresentou um resultado técnico positivo de 19.169 m€.

	2013	2012	Var. (%)
Prémios	185 806	180 525	2,9
Var. PPNA	-941	1 568	160,0
Prémios Adquiridos	184 865	182 093	1,5
Variação Prov. Riscos em Curso	245	2 345	-89,6
Comissões	-19 737	-19 405	1,7
Custos de Aquisição Diferidos	56	77	-26,7
Indemnizações	-146 815	-143 966	2,0
Participação nos Resultados	-732	-1 505	-51,4
Rendimentos Provisões Retidas	1 287	2 166	-40,6
<b>Resultado Técnico Resseguro Aceite</b>	<b>19 169</b>	<b>21 805</b>	<b>-12,1</b>
<b>Taxa de Sinistralidade</b>	<b>79,4%</b>	<b>79,1%</b>	<b>+0,3 p.p</b>

Os prémios adquiridos de Resseguro Aceite ascenderam a 184.865 m€. As indemnizações, atingiram 147.002 m€, valor ao qual acresce a variação da provisão com despesas de regularização de sinistros (-187 m€), originando um total de 146.815 m€. Destas variáveis resultou uma taxa de sinistralidade conjunta de Resseguro Aceite de 79,4%, que representou uma oscilação inexpressiva face à de 2012.

Tendo em consideração a taxa de sinistralidade das cedentes e a aplicação do tratado de resseguro estabelecido, a participação nos resultados traduziu um custo de 732 m€, correspondente à partilha do lucro com as companhias cedentes.

O custo com comissões de resseguro aceite ascendeu a 19.737 m€. O acréscimo face ao ano anterior é justificado pelo crescimento de 2,9% dos prémios brutos emitidos.

O resultado técnico de Resseguro Aceite é ainda composto pelos rendimentos das provisões retidas pelas cedentes – Provisão Para Prémios Não Adquiridos e Provisão Para Sinistros – e dos restantes investimentos, que ascenderam a 1.287 m€.

O resultado técnico de Seguro Direto foi positivo no valor de 171 m€ e resultou do aumento dos prémios adquiridos, superior ao do volume de indemnizações.

O resultado técnico da Retrocessão traduziu um custo de 939 m€ respeitante aos tratados de resseguro estabelecido com as seguradoras Cares, Munich Re e Genworth.

### **Custos por natureza a imputar**

Os Custos por Natureza a Imputar atingiram, em 2013, 13.615 m€, ficando deste modo alinhados com os registados no ano anterior.

A redução da rubrica Outras Provisões atenuou o crescimento da rubrica de FSE, o que, aliado ao crescimento do volume de prémios, permitiu uma ligeira variação no rácio de despesas gerais sobre Prémios, o qual se situou em 7,3%. Os custos distribuíram-se do seguinte modo:

	2013	2012	Var. (%)
Despesas com Pessoal	7 477	7 426	0,7
FSE	5 521	4 760	16,0
Impostos e Taxas	16	19	-15,8
Depreciações e amortizações	278	344	-19,2
Outras provisões	284	933	-69,5
Juros suportados	22	114	-80,7
Comissões	17	9	82,8
<b>Total</b>	<b>13 615</b>	<b>13 605</b>	<b>0,1</b>
<b>% do total de Prémios SD+RA</b>	<b>7,3%</b>	<b>7,4%</b>	<b>-0,1 p p</b>

O acréscimo verificado em Custos com Pessoal, de 0,7%, decorreu da alteração da política de pagamento dos subsídios de Férias e Natal decorrente da Lei do Orçamento de Estado.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um crescimento de aproximadamente 16%, resultante de uma campanha de marketing na qual foram oferecidas as duas primeiras mensalidades do prémio anual das apólices individuais.

O reembolso do empréstimo subordinado em setembro contribuiu para a redução da rubrica juros.

As amortizações apresentaram uma variação negativa de 19,2%, quando comparadas com o período homólogo, decorrente do fim de vida útil de alguns equipamentos.

A rubrica Outras Provisões refletiu um decréscimo significativo, decorrente da anulação de provisões constituídas no ano anterior.

### Provisões técnicas

As provisões técnicas de Seguro Direto e de Resseguro Aceite representaram 67.434 m€, dos quais 23.001 m€ são referentes a provisão para prémios não adquiridos e 44.433 m€ a provisão para sinistros.

Os ativos afetos à representação das provisões técnicas ascenderam, em 2013, a 96.894 m€ permitindo assim um rácio de cobertura de 144%.

A Companhia tem, assim, inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de Margem de Solvência e do Fundo de Garantia.

### Cobertura das Responsabilidades Assumidas pela Multicare

<b>Ativos de Representação das Prov. Técnicas</b>				
	2013	%	2012	%
Ações e Outros Títulos de Rend. Var.	375	0%	372	0,4%
Obrigações e Outros Títulos de Rend. Fixo	27 984	29%	28 196	30,4%
Outros Investimentos	0	0%	0	0,0%
Depósitos e Caixa	2 158	2%	927	1,0%
Empréstimos e contas a receber				
Depósitos junto de Empresas Cedentes	66 377	69%	63 169	68,2%
Outros Depósitos	0	0%	0	0,0%
<b>Total de Ativos</b>	<b>96 894</b>	<b>100%</b>	<b>92 663</b>	<b>100,0%</b>
Provisões Técnicas	67 434		63 403	
Empréstimo Subordinado	0		15 000	
<b>Total Responsabilidades</b>	<b>67 434</b>		<b>78 403</b>	
<b>Rácio de Cobertura S/ Provisões Técnicas</b>	<b>144%</b>		<b>146%</b>	
<b>Rácio de Cobertura Total Responsabilidades</b>	<b>144%</b>		<b>118%</b>	

### Resultado líquido

Os Resultados Técnico e Financeiro, conduziram a um resultado líquido positivo de 3.687 m€.

<b>Resultados</b>	2013	2012
<b>Resultado Técnico</b>	<b>18 401</b>	<b>21 259</b>
Custos por Natureza a Imputar	-13 615	-13 605
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>4 785</b>	<b>7 654</b>
Proveitos não Afetos	0	0
Outros Encargos (*)	324	-179
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>5 109</b>	<b>7 475</b>
Imposto s/ Rendimento	-1 422	-2 140
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3 687</b>	<b>5 335</b>

(\*) Os outros encargos incluem diferenças de câmbio, perdas de imparidade e ganhos pela valorização de ativos

**Capital próprio**

O Capital Próprio ascendeu a 49.864 m€ traduzindo um crescimento de 48,4% face ao ano anterior. Esta variação é explicada pela incorporação do valor relativo ao empréstimo subordinado nas rubricas capital e reservas e ainda na constituição de reservas livres no montante 2.305 m€:

<b>Capital Próprio</b>	2013	2012
Capital	27 000	18 000
Reservas	19 177	10 256
Resultados Transitados	0	4
Resultado do Exercício	3 687	5 335
<b>Total</b>	<b>49 864</b>	<b>33 595</b>

**4. Proposta de Aplicação de Resultados**

O Resultado Líquido é positivo e ascende a 3.686.537,57€ (Três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos).

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10%)	368 653,76 €
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	3 317 883,81 €
<b>Total</b>	<b>3 686 537,57 €</b>

## 5. Perspetivas de Evolução

A saúde é a principal área do setor segurador que ainda não atingiu a sua maturidade, sendo um dos poucos ramos a crescer no mercado.

Assim, perspetivam-se para 2014, as seguintes situações com impacto na atividade da Multicare:

- Privatização do universo Caixa Seguros;
- Alterações relacionadas com a sustentabilidade do Sistema de Saúde Público;
- Carga excessiva das taxas moderadoras com impacto na acessibilidade dos utentes do SNS;
- Crescimento da atividade internacional;
- Incremento da competitividade no Ramo Saúde.

Neste enquadramento a Multicare tem nos seus objetivos estratégicos a continuação do crescimento da carteira, conjugada com a melhoria da eficiência operacional e a manutenção do elevado nível de satisfação dos clientes:

- **Dimensão económico-financeira**

- Manutenção da taxa de sinistralidade
- Melhoria do índice de recuperação de anulações
- Redução do rácio de despesas gerais

- **Melhoria da oferta a clientes**

- Manutenção da quota de mercado
- Segmentação da rede de prestadores
- Melhoria do índice de satisfação de clientes
- Apoio à expansão da atividade internacional

- **Processos internos**

- Maior controlo do circuito prescricional

- **Desenvolvimento/Inovação**

- Promoção da melhoria contínua
- Desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais

A par da prossecução destes objetivos, pretende-se continuar a desenvolver a área de deteção da fraude alargando o leque de especialidades analisadas, e em investir nas ações de redução de custos com sinistros.

O investimento em formações internas e externas será mantido, para que seja garantido o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, permitindo um maior alinhamento destes com a estratégia delineada.

## 6. Considerações Finais

Conforme disposto no artigo 21 do D.L. n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a atividade da Companhia, salientando particularmente:

- O Conselho Fiscal, pelo interesse e empenho colocados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- O Acionista, pelo apoio prestado ao desenvolvimento da atividade da Companhia;
- Os Colaboradores, pelo empenho e competência demonstrado ao longo do exercício;
- Os Clientes, pela preferência com que distinguiram a Multicare e pelo estímulo à permanente melhoria das suas realizações.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

### **O Conselho de Administração**

Presidente – Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada por:  
José António Rodrigues Nunes Coelho

### **Vogais**

Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho

Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

## **Anexo ao Relatório de Gestão a que se Refere o Artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais**

À data do encerramento do exercício de 2013, encontrava-se na situação prevista no artigo 448º, do Código das Sociedades Comerciais a CAIXA SEGUROS E SAÚDE - SGPS, S.A., titular de 5.400.000 de ações representativas de 100% do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A.

### **O Conselho de Administração**

**02**

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanço	Notas	2013			2012
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 7	18 486 630	-	18 486 630	19 385 208
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	4 e 7 (anexo 1)	89 662	-	89 662	89 112
Ativos disponíveis para venda	5 e 7 (anexo 1)	28 359 406	-	28 359 406	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	7	66 377 263	-	66 377 263	63 169 843
Depósitos junto de empresas cedentes	6	66 377 263	-	66 377 263	63 169 843
Outros ativos tangíveis	7 e 8	1 029 233	(832 592)	196 641	145 525
Inventários		27 534	-	27 534	14 382
Outros ativos intangíveis	9	1 682 189	(1 126 023)	556 166	369 445
Provisões técnicas de resseguro cedido		521 210	-	521 210	406 914
Provisão para prémios não adquiridos	10	415 654	-	415 654	367 686
Provisão para sinistros	10	105 556	-	105 556	39 228
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	175
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		7 508 207	(11 688)	7 496 519	6 998 546
Contas a receber por operações de seguro direto	11	2 010 066	-	2 010 066	3 510 979
Contas a receber por outras operações de resseguro	11	4 703 347	-	4 703 347	3 209 612
Contas a receber por outras operações	11 e 29	794 794	(11 688)	783 106	277 955
Ativos por impostos		689 787	-	689 787	212 685
Ativos por impostos correntes	12	465 872	-	465 872	-
Ativos por impostos diferidos	12	223 915	-	223 915	212 685
Acréscimos e diferimentos	13	91 746	-	91 746	97 438
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>124 862 867</b>	<b>(1 970 303)</b>	<b>122 892 564</b>	<b>119 456 890</b>

# Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Balanço	Notas	2013	2012
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas		67 433 671	63 403 339
Provisão para prémios não adquiridos	14	23 001 360	22 096 501
Provisão para sinistros		44 432 279	41 062 190
De outros ramos	14 (anexo 2)	44 432 279	41 062 190
Provisão para riscos em curso	14	32	244 648
Outros passivos financeiros		-	15 000 000
Passivos subordinados	15	-	15 000 000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	2 906	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações		2 308 457	2 328 665
Contas a pagar por operações de seguro direto	16	1 026 647	762 291
Contas a pagar por outras operações de resseguro	16	207 314	307 190
Contas a pagar por outras operações	16	1 074 496	1 259 184
Passivos por impostos		287 799	2 431 108
Passivos por impostos correntes	12	126 026	2 284 037
Passivos por impostos diferidos	12	161 773	147 071
Acréscimos e diferimentos	17	1 466 201	1 453 737
Outras Provisões	18	1 529 604	1 245 328
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>73 028 638</b>	<b>85 862 177</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	19	27 000 000	18 000 000
Reservas de reavaliação		608 559	504 382
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	20	608 559	504 382
Reserva por impostos diferidos	20	(161 773)	(146 271)
Outras reservas	20	18 730 602	9 897 557
Resultados transitados	20	-	3 640
Resultado do exercício	20	3 686 538	5 335 405
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>49 863 926</b>	<b>33 594 713</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>122 892 564</b>	<b>119 456 890</b>

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

**O Diretor de Contabilidade e  
Informação Financeira**

**e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

**O Conselho de Administração**

José António Rodrigues Nunes Coelho  
Presidente

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luís

# Contas de Ganhos e Perdas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2013			2012
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		186 197 796	-	186 197 796	183 649 590
Prémios brutos emitidos	21 (anexo 4)	188 745 672	-	188 745 672	183 343 723
Prémios de resseguro cedido	21 (anexo 4)	(1 634 377)	-	(1 634 377)	(1 239 634)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	14 e 21 (anexo 4)	(961 467)	-	(961 467)	1 567 997
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	10 e 21 (anexo 4)	47 968	-	47 968	(22 496)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(153 933 943)	-	(153 933 943)	(151 627 977)
Montantes pagos		(152 099 408)	-	(152 099 408)	(149 634 340)
Montantes brutos	22 e 23 (anexo 3)	(152 505 085)	-	(152 505 085)	(149 881 160)
Parte dos resseguradores	10 e 22 (anexo 3)	405 677	-	405 677	246 820
Provisão para sinistros (variação)		(1 834 535)	-	(1 834 535)	(1 993 637)
Montante bruto	22 (anexo 3)	(1 900 863)	-	(1 900 863)	(2 018 164)
Parte dos resseguradores	22	66 328	-	66 328	24 527
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	14	244 616	-	244 616	2 345 180
Custos e gastos de exploração líquidos		(29 002 305)	-	(29 002 305)	(28 901 947)
Custos de aquisição	23 (anexo 4)	(24 642 521)	-	(24 642 521)	(24 566 613)
Custos de aquisição diferidos (variação)	14 (anexo 4)	56 608	-	56 608	76 841
Gastos administrativos	23 (anexo 4)	(4 591 117)	-	(4 591 117)	(4 666 036)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(anexo 4)	174 725	-	174 725	253 861
Rendimentos		1 311 497	-	1 311 497	2 210 786
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	25	1 311 497	-	1 311 497	2 210 786
Gastos financeiros		(32 559)	-	(32 559)	(21 201)
Outros	23 e 26	(32 559)	-	(32 559)	(21 201)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		9 340	-	9 340	13 016
De ativos disponíveis para venda	27	9 340	-	9 340	13 016
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	1 192
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	1 192
Diferenças de câmbio	28	(2 027)	-	(2 027)	5 871
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	3 437	3 437	(4 915)
De ativos disponíveis para venda	29	-	-	-	(216)
De investimentos a deter até à maturidade	29	-	-	-	(45 800)
De outros	29	-	3 437	3 437	41 101
Outros rendimentos/gastos	30	-	312 990	312 990	(194 621)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>4 792 415</b>	<b>316 427</b>	<b>5 108 842</b>	<b>7 474 974</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	12	-	(1 434 334)	(1 434 334)	(2 147 310)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	12	-	12 030	12 030	7 741
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>4 792 415</b>	<b>(1 105 877)</b>	<b>3 686 538</b>	<b>5 335 405</b>

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

**O Conselho de Administração****O Diretor de Contabilidade e Informação Financeira**José António Rodrigues Nunes Coelho  
Presidente**e Técnico Oficial de Contas**

Carlos Vaz de Macedo da Cunha Coutinho

Carlos F. Tomé Silva Westerman

Maria João Carçoço Honório Paulino de Sales Luís

# Demonstração de Variações no Capital Próprio nos Exercícios de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>18 000 000</b>	<b>( 1 854 932 )</b>	<b>461 014</b>	<b>448 655</b>
Aplicação do resultado	-	-	-	100 000
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	2 359 314	( 607 285 )	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>18 000 000</b>	<b>504 382</b>	<b>( 146 271 )</b>	<b>548 655</b>
Aumento de Capital	9 000 000	-	-	-
Aplicação do resultado	-	-	-	534 000
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	104 177	( 15 502 )	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>27 000 000</b>	<b>608 559</b>	<b>( 161 773 )</b>	<b>1 082 655</b>

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Prêmios de emissão	Outras reservas			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>7 200 000</b>	<b>1 661 028</b>	<b>7 280</b>	<b>584 234</b>	<b>26 507 279</b>
Aplicação do resultado	-	487 874	( 3 640 )	( 584 234 )	-
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1 752 029
Resultado líquido do período	-	-	-	5 335 405	5 335 405
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>7 200 000</b>	<b>2 148 902</b>	<b>3 640</b>	<b>5 335 405</b>	<b>33 594 713</b>
Aumento de Capital	5 994 000	-	-	-	14 994 000
Aplicação do resultado	-	2 305 045	( 3 640 )	( 2 835 405 )	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	( 2 500 000 )	( 2 500 000 )
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	88 675
Resultado líquido do período	-	-	-	3 686 538	3 686 538
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>13 194 000</b>	<b>4 453 947</b>	<b>-</b>	<b>3 686 538</b>	<b>49 863 926</b>

## Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3 686 538</b>	<b>5 335 405</b>
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	104 177	2 359 314
Imposto diferido	( 15 502 )	( 607 285 )
<b>RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>88 675</b>	<b>1 752 029</b>
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>	<b>3 775 213</b>	<b>7 087 434</b>

# Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	187 111 295	182 104 089
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(145 491 860)	(146 977 347)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(20 057 183)	(19 708 902)
Recebimentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(557 196)	(1 251 347)
Resultados cambiais	(2 027)	5 871
Pagamentos a empregados e fornecedores	(12 976 438)	(11 522 419)
Outros	279 241	(220 976)
	<b>8 305 832</b>	<b>2 428 969</b>
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	7 178	3 938 442
Devedores por outras operações	(501 714)	324 065
	<b>(494 536)</b>	<b>4 262 507</b>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	164 480	563 391
Credores por outras operações	(184 688)	274 931
Outros passivos	(1 891 071)	4 206
	<b>(1 911 279)</b>	<b>842 528</b>
Caixa líquida das Atividades operacionais antes de impostos	5 900 017	7 534 004
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(2 167 147)	(359 405)
<b>Caixa líquida das Atividades operacionais</b>	<b>3 732 870</b>	<b>7 174 599</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 084 998	3 519 242
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	146 871
Empréstimos e contas a receber	-	1 000 000
Rendimentos de ativos financeiros	1 718 769	8 523 030
Outros recebimentos	-	5 718
	<b>13 803 767</b>	<b>13 194 861</b>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(12 170 543)	(11 579 967)
Empréstimos e contas a receber	(3 207 420)	(402 940)
Ativos tangíveis e intangíveis	(515 834)	(73 150)
Outros	(13 701)	-
	<b>(15 907 498)</b>	<b>(12 056 057)</b>
<b>Caixa líquida das Atividades de investimento</b>	<b>(2 103 731)</b>	<b>1 138 804</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Juros de passivos subordinados	(21 718)	(112 889)
Emissões de passivos subordinados, líquidas de reembolsos	(15 000 000)	-
Aumentos de capital	9 000 000	-
Prêmios de emissão	5 994 000	-
Distribuição de Dividendos	(2 500 000)	-
<b>Caixa líquida das Atividades de financiamento</b>	<b>(2 527 718)</b>	<b>(112 889)</b>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(898 579)	8 200 514
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 385 208	11 184 694
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18 486 630	19 385 208

**03**

ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## 1. Nota Introdutória

A Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare” ou “Companhia”) é uma sociedade anónima constituída em Portugal em 13 de março de 2007. A Companhia tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

A Companhia é a subsidiária da Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. vocacionada para a gestão de seguros de saúde, para o que possui uma rede convencionada de prestadores de cuidados de saúde. Durante o ano de 2007 foram celebrados tratados de resseguro aceite com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. e com a Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., através dos quais a Companhia passou a assegurar a gestão das carteiras destas entidades com efeitos a partir de 1 de outubro de 2007.

Na sequência da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. em 2012, os referidos tratados foram substituídos por novos tratados celebrados com a nova entidade, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

Adicionalmente, em 2013 foi celebrado um tratado de resseguro aceite com a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., mediante o qual a Companhia passou a assegurar também a gestão da carteira de seguros de saúde comercializados por esta entidade. Em 2013 foi ainda celebrado um tratado de resseguro aceite com a Universal Seguros, S.A. através do qual a Companhia passou a aceitar uma percentagem do negócio do ramo Saúde subscrito pela cedente em Angola.

As demonstrações financeiras da Multicare em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

### 2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

#### ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

#### iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

#### iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

### **Justo valor**

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### **i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

##### **ii) Outros passivos financeiros**

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### **c) Imparidade de ativos financeiros**

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registrados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

#### **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Conforme referido na Nota 2.3. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registradas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, é ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

## 2.4. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

## 2.5. Locação financeira

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

## 2.6. Ativos intangíveis

Esta rubrica inclui os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

## 2.7. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2013 e 2012 corresponde a 26,5%, acrescida em 2013 da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que exceda este valor. Em 2012, a Derrama Estadual correspondia à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 10.000.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que excedesse este valor.

A Companhia é detida a 100% pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., sendo tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo código.

Até 2011 inclusive, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. foi para efeitos de tributação do grupo de sociedades a Sociedade dominante. Em 2012 a Sociedade dominante passou a ser a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Caixa Geral de Depósitos é a Sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código do IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2014 passará a ser de 24,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Na sequência da adoção do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aplicável a partir do exercício de 2008, tornou-se necessário adaptar as regras de determinação do lucro tributável, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, à nova regulamentação contabilística aplicável ao setor segurador, tendo sido publicado o regime fiscal transitório através do Decreto-lei n.º 237/2008, de 15 de dezembro.

Neste âmbito, por força da aplicação do novo diploma para efeitos de determinação do lucro tributável, a partir de 1 de janeiro de 2008 foi revogado o artigo 79-A.º do Código do IRC e consagrada uma regra ao abrigo da qual os efeitos nos capitais próprios, considerados fiscalmente relevantes decorrentes da aplicação do novo PCEs, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes.

## **2.8. Provisões e passivos contingentes**

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

## **2.9. Contratos de seguro e contratos de investimento**

### **a) Classificação de contratos**

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 - “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

**b) Reconhecimento de proveitos e custos**

Os prémios de contratos de seguro não vida são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Estes prémios, bem como os custos de aquisição associados, são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

**c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos**

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

**d) Provisão para sinistros**

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

A análise à suficiência das provisões é avaliada/validada ao longo do ano pelo atuário responsável, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro.

**e) Provisão para riscos em curso**

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prêmios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indenizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

**f) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

**g) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro**

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) ”.

**2.10. Comissões**

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na origem das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

**2.11. Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”.

## **2.12. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas**

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Multicare – Seguros de Saúde, S.A.. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

### **Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros**

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Multicare com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Multicare considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

### **Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos**

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

### **Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros**

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e de resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.9. acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas contas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

**Determinação de impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

**3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Caixa e seus equivalentes		
Sede	338	196
	<b>338</b>	<b>196</b>
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional		
Afetos	2 100 908	867 502
Não afetos	16 328 456	18 458 196
	<b>18 429 364</b>	<b>19 325 698</b>
Em moeda estrangeira		
Afetos	56 928	59 314
	<b>18 486 292</b>	<b>19 385 012</b>
	<b>18 486 630</b>	<b>19 385 208</b>

## 4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013		
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:			
Universal Seguros, S.A.	1,00%	89 662	89 662

(Valores em Euros)

	2012		
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Valor de balanço
Valorizadas ao custo:			
Universal Seguros, S.A.	1,00%	89 112	89 112

Os dados financeiros da Universal Seguros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade	2013						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos (c)
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	1,00%	20 545 460	17 715 812	2 829 648	(106 011)	11 400 514

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio do fecho de dezembro de 2013 de 134,592 Euro/Kwanza.

(c) Para as contas de ganhos e perdas, valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio média mensal de 133,368 Eur/Kwanza

(Valores em Euros)

Setor de atividade	2012						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos (c)
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	1,00%	9 550 326	6 502 228	3 048 098	(2 488 920)	4 518 302

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio de 126,97 Euro/Kwanza.

(c) Para as contas de ganhos e perdas, valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio média mensal de 125,692 Eur/Kwanza

Em 7 de abril de 2011, a Multicare adquiriu 1 ação da Universal Seguros, S.A., representativa de 1% do capital social pelo montante de 12.304.976,66 Kwanzas, equivalente a 89.111,61 Euros.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

## 5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 29)	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 20)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	3 545 865	160 739	3 706 604	-	3 706 604	117 001	3 823 605
De emissores estrangeiros							
Itália	494 273	7 745	502 018	-	502 018	17 052	519 070
Holanda	290 532	6 756	297 288	-	297 288	6 166	303 454
Alemanha	515 963	17 308	533 271	-	533 271	16 637	549 908
França	1 104 999	7 801	1 112 800	-	1 112 800	38 886	1 151 686
De outros emissores							
De emissores nacionais	4 028 033	104 997	4 133 030	-	4 133 030	54 058	4 187 088
De emissores estrangeiros	13 139 418	251 945	13 391 363	-	13 391 363	332 057	13 723 420
De empresas do Grupo	3 584 299	128 814	3 713 113	-	3 713 113	13 147	3 726 260
	<b>26 703 382</b>	<b>686 105</b>	<b>27 389 487</b>	<b>-</b>	<b>27 389 487</b>	<b>595 004</b>	<b>27 984 491</b>
Instrumentos de capital							
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	709	709
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>709</b>	<b>709</b>
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	12 846	374 206
	<b>491 999</b>	<b>-</b>	<b>491 999</b>	<b>(130 639)</b>	<b>361 360</b>	<b>12 846</b>	<b>374 206</b>
	<b>27 195 381</b>	<b>686 105</b>	<b>27 881 486</b>	<b>(130 639)</b>	<b>27 750 847</b>	<b>608 559</b>	<b>28 359 406</b>

(Valores em Euros)

	2012						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 29)	Valor líquido	Reserva de justo valor (Nota 20)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	6 050 713	160 796	6 211 509	-	6 211 509	75 521	6 287 030
De emissores estrangeiros							
Itália	493 644	7 745	501 389	-	501 389	(5 119)	496 270
Holanda	295 123	6 756	301 879	-	301 879	11 377	313 256
Alemanha	523 682	17 309	540 991	-	540 991	28 518	569 509
França	1 530 435	18 760	1 549 195	-	1 549 195	58 575	1 607 770
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	997 482	8 530	1 006 012	-	1 006 012	27 340	1 033 352
De emissores estrangeiros	12 306 645	197 361	12 504 006	-	12 504 006	300 383	12 804 389
De empresas do Grupo	4 949 243	137 651	5 086 894	-	5 086 894	(2 758)	5 084 136
	<b>27 146 967</b>	<b>554 908</b>	<b>27 701 875</b>	<b>-</b>	<b>27 701 875</b>	<b>493 837</b>	<b>28 195 712</b>
Instrumentos de capital							
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	604	604
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>604</b>	<b>604</b>
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	491 999	-	491 999	(130 639)	361 360	9 941	371 301
	<b>491 999</b>	<b>-</b>	<b>491 999</b>	<b>(130 639)</b>	<b>361 360</b>	<b>9 941</b>	<b>371 301</b>
	<b>27 638 966</b>	<b>554 908</b>	<b>28 193 874</b>	<b>(130 639)</b>	<b>28 063 235</b>	<b>504 382</b>	<b>28 567 617</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros instrumentos" corresponde a investimentos em unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

A exposição da Companhia a instrumentos de Dívida Pública, de acordo com os respetivos prazos residuais, é apresentada na Nota 33.

## 6. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Depósitos junto de empresas cedentes:		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	64 784 190	63 169 843
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	14 939	-
Universal Seguros, S.A.	1 578 134	-
	<b>66 377 263</b>	<b>63 169 843</b>

Os depósitos junto de empresas cedentes correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor. Nos casos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., os depósitos constituídos são remunerados à taxa Euribor a 12 meses. Os depósitos constituídos junto da Universal Seguros, S.A. são remunerados à taxa fixa de 2,5%.

## 7. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a afetação dos investimentos e outros ativos pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2013		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 157 836	16 328 794	18 486 630
Investimentos em filiais e associadas	89 662	-	89 662
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 359 406	-	28 359 406
Empréstimos e contas a receber	66 377 263	-	66 377 263
Outros ativos tangíveis	-	196 641	196 641
	<b>96 984 167</b>	<b>16 525 435</b>	<b>113 509 602</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	926 816	18 458 392	19 385 208
Investimentos em filiais e associadas	89 112	-	89 112
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	63 169 843	-	63 169 843
Outros ativos tangíveis	-	145 525	145 525
	<b>92 753 388</b>	<b>18 603 917</b>	<b>111 357 305</b>

## 8. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013						
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	190 614	(165 013)	-	(17 187)	190 614	(182 200)	8 414
Máquinas e ferramentas	91 991	(88 505)	1 007	(2 764)	92 998	(91 269)	1 729
Equipamento informático	172 805	(153 882)	147 596	(36 218)	320 401	(190 100)	130 301
Instalações interiores	237 601	(156 665)	-	(24 739)	237 601	(181 404)	56 197
Material de transporte	-	-	4 961	(4 961)	4 961	(4 961)	-
Equipamento em locação financeira	182 658	(166 079)	-	(16 579)	182 658	(182 658)	-
	<b>875 669</b>	<b>(730 144)</b>	<b>153 564</b>	<b>(102 448)</b>	<b>1 029 233</b>	<b>(832 592)</b>	<b>196 641</b>

(Valores em Euros)

	2012						
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento							
Equipamento administrativo	186 182	(140 553)	4 432	(24 460)	190 614	(165 013)	25 601
Máquinas e ferramentas	91 549	(86 262)	442	(2 243)	91 991	(88 505)	3 486
Equipamento informático	129 813	(110 929)	42 992	(42 953)	172 805	(153 882)	18 923
Instalações interiores	237 601	(131 515)	-	(25 150)	237 601	(156 665)	80 936
Equipamento em locação financeira	182 658	(123 766)	-	(42 313)	182 658	(166 079)	16 579
	<b>827 803</b>	<b>(593 025)</b>	<b>47 866</b>	<b>(137 119)</b>	<b>875 669</b>	<b>(730 144)</b>	<b>145 525</b>

## 9. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013						
	Saldos iniciais		Aquisições	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada			Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1 319 919	(950 474)	2 712	(175 549)	1 322 631	(1 126 023)	196 608
Ativos intangíveis em curso	-	-	359 558	-	359 558	-	359 558
	<b>1 319 919</b>	<b>(950 474)</b>	<b>362 270</b>	<b>(175 549)</b>	<b>1 682 189</b>	<b>(1 126 023)</b>	<b>556 166</b>

(Valores em Euros)

	2012							
	Saldos iniciais		Aquisições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	1 241 118	(743 502)	25 284	53 517	(206 972)	1 319 919	(950 474)	369 445
Ativos intangíveis em curso	53 517	-	-	(53 517)	-	-	-	-
	<b>1 294 635</b>	<b>(743 502)</b>	<b>25 284</b>	<b>-</b>	<b>(206 972)</b>	<b>1 319 919</b>	<b>(950 474)</b>	<b>369 445</b>

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos intangíveis em curso correspondem essencialmente a encargos com a implementação e desenvolvimento de aplicações informáticas de suporte ao negócio.

## 10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Seguros não vida:</b>		
Provisão para prémios não adquiridos	415 654	367 686
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	105 556	39 228
	<b>521 210</b>	<b>406 914</b>

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 21)	Saldo final
<b>Provisão para prémios não adquiridos:</b>			
Doença	367 686	47 968	415 654

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 21)	Saldo final
<b>Provisão para prémios não adquiridos:</b>			
Doença	390 182	(22 496)	367 686

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido nos exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
<b>Provisão para sinistros</b>				
Doença (Nota 22)	39 228	472 005	(405 677)	105 556

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
<b>Provisão para sinistros</b>				
Doença (Nota 22)	14 701	271 347	(246 820)	39 228

## 11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Contas a receber por operações de seguro direto:</b>		
Reembolsos de sinistros:		
Reembolsos emitidos do ramo doença	24 922	59 962
Tomadores de Seguros		
Contas de cobrança	3 062	-
Mediadores:		
Contas correntes	1 526 964	3 055 982
Cosseguradores:		
Contas correntes	455 118	395 035
	<b>2 010 066</b>	<b>3 510 979</b>

(continuação)

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Contas a receber por outras operações de resseguro:</b>		
Contas correntes de resseguradores - Empresas do grupo	117 447	203 864
Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo	4 585 900	2 966 539
Contas correntes de ressegurados - Outros	-	39 209
	<b>4 703 347</b>	<b>3 209 612</b>
<b>Contas a receber por outras operações:</b>		
Empresas do grupo	518 584	25 423
Remunerações de pessoal	6 652	7 147
Outros	269 558	260 510
	<b>794 794</b>	<b>293 080</b>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 29)	(11 688)	(15 125)
	<b>783 106</b>	<b>277 955</b>
	<b>7 496 519</b>	<b>6 998 546</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo registado na rubrica “Mediadores - Contas correntes”, tem origem em sinistros e comissões pagos pela Companhia por conta da ressegurada Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. Estes montantes foram regularizados na sua quase totalidade durante os primeiros dias de janeiro de 2014 e 2013, respetivamente.

A rubrica “Contas correntes de ressegurados - Empresas do Grupo” reflete os saldos a receber da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., da Universal Seguros, S.A. e da Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados entre a Companhia e estas entidades.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Contas a receber por outras operações - Outros” inclui o valor que a EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A. tinha a receber da Groupama Seguros, S.A. por conta dos valores a pagar à rede de prestadores e que foi transferido para a Companhia na data da liquidação da EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., no montante de 200.520 Euros. Na mesma data, foram também transferidos da EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A. para a Companhia os valores a pagar à rede de prestadores pelo negócio da Groupama Seguros, S.A., que ascendiam ao mesmo montante (Nota 16).

## 12. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	465 872	-
	<b>465 872</b>	<b>-</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(2 166 971)
Outros		
Imposto do selo	(597)	-
Taxa para o Instituto de Seguros de Portugal	(3 407)	(1 624)
Instituto Nacional de Emergência Médica	(239)	-
Segurança Social	(67 115)	(56 759)
Retenções	(54 641)	(58 373)
Outros	(27)	(310)
	<b>(126 026)</b>	<b>(2 284 037)</b>
Ativos por impostos diferidos	223 915	212 685
Passivos por impostos diferidos	(161 773)	(147 071)
	<b>62 142</b>	<b>65 614</b>
<b>Total</b>	<b>401 988</b>	<b>(2 218 423)</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(1 435 050)	(2 167 861)
Retenções na fonte	4 322	-
Pagamentos por conta	1 502 361	-
Outros	394 239	890
	<b>465 872</b>	<b>(2 166 971)</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da derrama e do valor da tributação autónoma.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio (Nota 20)	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(146 271)	(15 502)	-	(161 773)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	211 885	-	12 030	223 915
	<b>65 614</b>	<b>(15 502)</b>	<b>12 030</b>	<b>62 142</b>

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio (Nota 20)	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	461 014	(607 285)	-	(146 271)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	204 144	-	7 741	211 885
	<b>665 158</b>	<b>(607 285)</b>	<b>7 741</b>	<b>65 614</b>

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Impostos correntes		
Do exercício	1 300 272	1 959 038
Derrama estadual	102 200	176 778
Tributação Autónoma	32 578	32 045
	<b>1 435 050</b>	<b>2 167 861</b>
Outros	(716)	(20 551)
	<b>1 434 334</b>	<b>2 147 310</b>
Impostos diferidos	(12 030)	(7 741)
<b>Total de impostos em resultados</b>	<b>1 422 304</b>	<b>2 139 569</b>
Lucro antes de impostos	5 108 842	7 474 974
Carga fiscal	27.84%	28.62%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		5 108 842		7 474 974
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,50%	1 507 108	29,50%	2 205 117
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	0,00%	-	(0,03%)	(2 117)
Mais e menos-valias não fiscais	(0,00%)	(21)	(2,06%)	(11 839)
Correções relativas a exercicios anteriores	0,00%	-	(0,28%)	(20 810)
Restituição de imposto	(2,29%)	(116 751)	0,03%	2 526
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,30%	15 488	0,19%	14 487
Realizações de utilidade social	1,85%	94 409	0,54%	40 267
Outras	0,02%	1 051	0,00%	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Benefícios fiscais:				-
Criação líquida de postos de trabalho	(1,64%)	(83 961)	(0,96%)	(71 609)
Outros	(0,06%)	(2 955)	(0,05%)	(3 498)
Tributação autónoma	0,64%	32 578	0,43%	32 045
Lucro tributável abaixo do limite da derrama estadual	(0,88%)	(45 000)	(0,60%)	(45 000)
Diminuição de ativos por impostos				
diferidos - alteração de taxa	0,40%	20 358	0,00%	-
	<b>27,84%</b>	<b>1 422 304</b>	<b>28,62%</b>	<b>2 139 569</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2013 e 2012 são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência (sendo esse prazo de quatro anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2011 e 2010 e de seis anos para exercícios anteriores) e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. No âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, os prejuízos fiscais gerados na esfera individual de cada sociedade antes do início da aplicação do regime apenas podem ser deduzidos aos lucros tributáveis gerados pelas sociedades em que foram apurados.

## 13. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Gastos diferidos:		
Rendas e alugueres	46 534	45 022
Licenças de software	33 149	34 914
Seguros	6 662	11 785
Outros gastos diferidos	5 401	5 717
	<b>91 746</b>	<b>97 438</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros gastos diferidos" corresponde aos pagamentos antecipados relativos à quota da Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

## 14. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Provisão para prémios não adquiridos	23 001 360	22 096 501
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	41 314 009	39 411 370
Sinistros não declarados (IBNR)	3 118 270	1 650 820
	<b>44 432 279</b>	<b>41 062 190</b>
Provisão para riscos em curso	32	244 648
	<b>67 433 671</b>	<b>63 403 339</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Doença	25 657 539	(2 656 179)	23 001 360	24 696 072	(2 599 571)	22 096 501
	<b>25 657 539</b>	<b>(2 656 179)</b>	<b>23 001 360</b>	<b>24 696 072</b>	<b>(2 599 571)</b>	<b>22 096 501</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 21)	Saldo final
<b>Provisão para prémios não adquiridos:</b>			
Doença	24 696 072	961 467	25 657 539
<b>Custos de aquisição diferidos:</b>			
Doença	(2 599 571)	(56 608)	(2 656 179)
	<b>22 096 501</b>	<b>904 859</b>	<b>23 001 360</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período (Nota 21)	Saldo final
<b>Provisão para prémios não adquiridos:</b>			
Doença	26 264 069	(1 567 997)	24 696 072
<b>Custos de aquisição diferidos:</b>			
Doença	(2 522 730)	(76 841)	(2 599 571)
	<b>23 741 339</b>	<b>(1 644 838)</b>	<b>22 096 501</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013		
	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros não vida:</b>			
Doença	41 314 009	3 118 270	44 432 279
	<b>41 314 009</b>	<b>3 118 270</b>	<b>44 432 279</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Declarados	Não declarados	Total
<b>Seguros não vida:</b>			
Doença	39 411 370	1 650 820	41 062 190
	<b>39 411 370</b>	<b>1 650 820</b>	<b>41 062 190</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 22)	Saldo final
<b>Seguros não vida:</b>				
Doença	41 062 190	154 654 318	(151 284 229)	44 432 279

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos (Nota 22)	Saldo final
<b>Seguros não vida:</b>				
Doença	41 952 352	150 852 141	(151 742 303)	41 062 190

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pela Companhia.

Os movimentos ocorridos nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	244 648	(244 616)	32

(Valores em Euros)

	2012		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Doença	2 589 828	(2 345 180)	244 648

## 15. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta rubrica correspondia a um empréstimo subordinado concedido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., o qual vencia juros trimestralmente à taxa Euribor a três meses e que foi totalmente reembolsado em 25 de setembro de 2013.

Este empréstimo não tinha prazo de reembolso definido e cumpria as condições de subordinação para inclusão nos elementos constitutivos da margem de solvência estabelecidos pelo artº 96º do D.L. nº 94-B/98, de 17 de abril.

## 16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Mediadores:		
Conta corrente	1 026 647	762 291
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	201 068	307 190
Contas correntes de ressegurados	6 246	-
	<b>207 314</b>	<b>307 190</b>
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	-	409 393
Fornecedores de ativos tangíveis	12 078	48 368
Fornecedores	859 888	798 167
Pessoal	-	2 269
Outros	202 530	987
	<b>1 074 496</b>	<b>1 259 184</b>
	<b>2 308 457</b>	<b>2 328 665</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica "Contas a pagar por outras operações - Outros" inclui o valor que a EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A. tinha a pagar à rede de prestadores por conta da Groupama Seguros, S.A. e que foi transferido para a Companhia na data da liquidação da EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., no montante de 200.520 Euros. Na mesma data, foram também transferidos da EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, S.A. para a Companhia os valores a receber da Groupama Seguros, S.A., que ascendiam ao mesmo montante (Nota 11).

## 17. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Acréscimos de gastos:		
Remunerações variáveis	273 203	218 313
Férias e subsídio de férias a pagar	441 615	830 835
Prémio de Permanência	79 759	339
Outros custos com pessoal	34 691	7 962
Faturas em conferência	483 433	250 548
Seguros	35 000	42 018
Auditoria	53 876	64 192
Comissões a pagar	5 340	4 599
Outsourcing - Call Center	51 721	27 144
Outros	7 563	7 787
	<b>1 466 201</b>	<b>1 453 737</b>

## 18. Outras Provisões

Os movimentos ocorridos nestas rubricas durante os exercícios de 2013 e 2012 foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2013		
	SalDOS iniciais	Reforços	SalDOS finais
Outras provisões:			
Provisões para impostos	111 465	52 500	163 965
Outras provisões	1 133 863	231 776	1 365 639
	<b>1 245 328</b>	<b>284 276</b>	<b>1 529 604</b>

(Valores em Euros)

	2012				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Outras provisões:					
Provisões para impostos	68 745	49 109	-	(6 389)	111 465
Outras provisões	290 941	983 863	(140 941)	-	1 133 863
	<b>359 686</b>	<b>1 032 972</b>	<b>(140 941)</b>	<b>(6 389)</b>	<b>1 245 328</b>

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a encargos com processos judiciais contra a Companhia e ainda a contingências legais, fiscais e outras resultantes da sua atividade.

## 19. Capital

Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. estando representado por 5,4 milhões de ações com o valor nominal de 5 Euros cada e está integralmente realizado. Em 31 de dezembro de 2012, o capital da Multicare - Seguros de Saúde, S.A. era integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. estando representado por 3,6 milhões de ações com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em setembro de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas um aumento de capital no valor de 9.000.000 Euros, subscrito integralmente pelo acionista único Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., através da emissão de 1.800.000 novas ações com valor nominal de 5 Euros cada, com o ágio de 3,3 Euros por ação, no valor total de 5.994.000 Euros.

Os resultados dos exercícios de 2012 e 2011 foram aplicados conforme indicado:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	534 000	100 000
Reservas Livres	2 305 045	487 874
Resultados Transitados	( 3 640 )	( 3 640 )
Dividendos	2 500 000	-
	<b>5 335 405</b>	<b>584 234</b>

No exercício de 2013, a Companhia distribuiu dividendos relativos ao resultado do exercício de 2012, no montante de 2.500.000 Euros, com a seguinte composição:

(Valores em Euros)	
	2012
Resultado do exercício	2 496 360
Resultados transitados	3 640
	<b>2 500 000</b>

## 20. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2013	2012
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	608 559	504 382
	<b>608 559</b>	<b>504 382</b>
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 12)	(161 773)	(146 271)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	446 786	358 111
Outras reservas:		
- Reserva legal	1 082 655	548 655
- Prêmios de emissão	13 194 000	7 200 000
- Outras reservas	4 453 947	2 148 902
	<b>18 730 602</b>	<b>9 897 557</b>
Resultados transitados	-	3 640
Resultado do exercício	3 686 538	5 335 405
	<b>22 863 926</b>	<b>15 594 713</b>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda.

## 21. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
<b>Prémios brutos emitidos:</b>						
Doença	188 745 672	( 1 634 377 )	187 111 295	183 343 723	( 1 239 634 )	182 104 089
<b>Varição da provisão para prémios não adquiridos:</b>						
Doença	( 961 467 )	47 968	( 913 499 )	1 567 997	( 22 496 )	1 545 501
<b>Prémios adquiridos:</b>						
Doença	187 784 205	( 1 586 409 )	186 197 796	184 911 720	( 1 262 130 )	183 649 590

## 22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
<b>Doença</b>						
<b>Seguro direto e resseguro aceite</b>						
- Custos diretos (Nota 14)	151 284 229	1 900 863	153 185 092	151 742 303	2 018 164	153 760 467
- Reembolsos de Sinistros	( 3 917 467 )	-	( 3 917 467 )	( 7 426 464 )	-	( 7 426 464 )
- Custos imputados	5 138 323	-	5 138 323	5 565 321	-	5 565 321
	<b>152 505 085</b>	<b>1 900 863</b>	<b>154 405 948</b>	<b>149 881 160</b>	<b>2 018 164</b>	<b>151 899 324</b>
<b>Resseguro cedido</b>						
- Custos diretos (Nota 10)	( 405 677 )	( 66 328 )	( 472 005 )	( 246 820 )	( 24 527 )	( 271 347 )
<b>Total</b>	<b>152 099 408</b>	<b>1 834 535</b>	<b>153 933 943</b>	<b>149 634 340</b>	<b>1 993 637</b>	<b>151 627 977</b>

## 23. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2013 e 2012, os custos de exploração incorridos pela Multicare apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Gastos com pessoal (Nota 24)	7 476 813	7 424 893
Fornecimentos e serviços externos:		
Conservação e reparação	58 662	76 264
Rendas e alugueres	635 276	669 454
Gastos com trabalho independente	68 857	140 152
Publicidade e propaganda	788 679	14 828
Trabalhos especializados - call centers	1 356 674	1 411 298
Outros trabalhos especializados	1 757 049	1 662 807
Comunicação	113 881	125 481
Licenças de software	189 244	153 211
Deslocações e Estadas	58 995	51 401
Limpeza, higiene e conforto	49 148	33 757
Refeições no local de trabalho	35 964	21 501
Combustíveis	33 269	34 028
Material de escritório	42 621	7 309
Outros	332 544	358 995
	<b>5 520 863</b>	<b>4 760 486</b>
Impostos e taxas	16 333	19 396
Depreciações e amortizações do exercício	277 997	344 091
Outras provisões (Nota 18)	284 276	932 972
Encargos com comissões	17 211	9 415
Juros de passivos subordinados	21 718	112 889
Outros	205	920
	<b>13 615 416</b>	<b>13 605 062</b>

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2013 Conta técnica não vida	2012 Conta técnica não vida
<b>Custos de aquisição:</b>		
- Custos imputados	3 853 417	3 352 504
- Comissões de mediação	20 057 183	20 909 753
- Outros	731 921	304 356
	<b>24 642 521</b>	<b>24 566 613</b>
<b>Gastos administrativos:</b>		
- Custos imputados	4 591 117	4 666 036
	<b>4 591 117</b>	<b>4 666 036</b>
<b>Gastos financeiros:</b>		
- Custos imputados (Nota 26)	32 559	21 201
	<b>32 559</b>	<b>21 201</b>
<b>Custos com sinistros - Montantes pagos (Nota 22):</b>		
- Custos imputados	5 138 323	5 565 321
- Custos técnicos	147 366 762	144 315 839
	<b>152 505 085</b>	<b>149 881 160</b>
<b>Total dos custos de exploração imputados</b>	<b>13 615 416</b>	<b>13 605 062</b>

## 24. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Remunerações de:		
Órgãos sociais	381 492	348 954
Pessoal	4 992 022	4 983 505
Encargos sobre remunerações	1 213 262	1 255 780
Benefícios pós-emprego:		
Pessoal cedido	258 343	370 901
Pessoal	40 684	13 339
Seguros obrigatórios	88 095	89 881
Gastos de ação social	420 596	328 185
Formação	31 916	16 916
Outros gastos com o pessoal	50 403	17 432
	<b>7 476 813</b>	<b>7 424 893</b>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Pessoal cedido” refere-se a encargos com dotações para os fundos de pensões relativas a colaboradores cedidos à Multicare por empresas do Grupo, os quais são imputados à Multicare pelas respetivas empresas.

Em 2013 e 2012, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Direção	15	14
Chefias e gerência	28	24
Técnicos	60	62
Administrativos	94	89
	<b>197</b>	<b>189</b>

Durante os exercícios de 2013 e 2012 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
<b>Conselho de Administração:</b>		
Remunerações	362 168	330 631
Encargos sociais	82 671	116 112
<b>Conselho Fiscal:</b>		
Remunerações	19 324	18 323
Encargos sociais	3 433	3 325
	<b>467 596</b>	<b>468 391</b>

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, são abrangidos por um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado anual base do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.<sup>a</sup>, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

i) No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;

ii) No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;

iii) No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os encargos suportados pela Companhia com contribuições para os PIR dos colaboradores elegíveis para o efeito ascenderam a 40.684 Euros e 13.339 Euros respetivamente, estando registados na rubrica “Benefícios pós-emprego”.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” diz respeito à contribuição para o PIR relativa ao mês de dezembro de 2013, que foi liquidada pela Companhia em janeiro de 2014.

## 25. Rendimentos

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Juros	Dividendos	Total	Juros	Dividendos	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	906 591	10 758	917 349	797 277	6 641	803 918
Empréstimos concedidos e contas a receber	394 148	-	394 148	1 396 134	-	1 396 134
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	4 055	-	4 055
Depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	-	6 463	-	6 463
	<b>1 300 739</b>	<b>10 758</b>	<b>1 311 497</b>	<b>2 203 929</b>	<b>6 641</b>	<b>2 210 570</b>
Investimentos não afetos:						
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	216	-	216
	<b>1 300 739</b>	<b>10 758</b>	<b>1 311 497</b>	<b>2 204 145</b>	<b>6 641</b>	<b>2 210 786</b>

## 26. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2013 e 2012, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2013 Conta técnica não vida	2012 Conta técnica não vida
Gastos de investimentos:		
Custos imputados (Nota 23)	32 559	21 201

## 27. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)						
	2013			2012		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 914	(1 574)	9 340	374 000	(360 984)	13 016

Os montantes registados nesta rubrica correspondem a mais e menos-valias realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda.

## 28. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	72	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 469
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(2 388)	4 402
Outros	289	-
	<b>(2 027)</b>	<b>5 871</b>

## 29. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo iniciais	Reposições e anulações	Saldo finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 5):			
Outros Instrumentos	130 639	-	130 639
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	15 125	(3 437)	11 688
	<b>145 764</b>	<b>(3 437)</b>	<b>142 327</b>

(Valores em Euros)

	2012				
	Saldo iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldo finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 5):					
Instrumentos de capital	221 991	216	-	(222 207)	-
Outros Instrumentos	130 639	-	-	-	130 639
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade	391 502	45 800	-	(437 302)	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	15 285	-	(160)	-	15 125
	<b>759 417</b>	<b>46 016</b>	<b>(160)</b>	<b>(659 509)</b>	<b>145 764</b>

No exercício de 2012 a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui reversões de “Outras provisões” no montante de 40.941 Euros.

## 30. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	393 339	891
	<b>393 339</b>	<b>891</b>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	-	2 729
	<b>-</b>	<b>2 729</b>
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	386	261
Prestação de serviços	52 075	8 490
Outros	-	1 212
	<b>52 461</b>	<b>9 963</b>
	<b>445 800</b>	<b>13 583</b>
Gastos e perdas não correntes		
Mecenato	(15 641)	(11 000)
Multas e penalidades	-	(18)
Quotizações diversas	(5 000)	(5 370)
Outros gastos		
Regularização de saldos	(1 071)	(16)
Correções a exercícios anteriores	-	(280)
Dívidas Incobráveis	(15 125)	-
Outros	(262)	-
	<b>(37 099)</b>	<b>(16 684)</b>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	-	(1 598)
Outros gastos e perdas financeiras	(95 711)	(189 922)
	<b>(95 711)</b>	<b>(191 520)</b>
	<b>( 132 810 )</b>	<b>( 208 204 )</b>
	<b>312 990</b>	<b>( 194 621 )</b>

No exercício de 2013, o saldo da rubrica “Rendimentos e ganhos não correntes - Restituição de impostos” reflete o crédito fiscal resultante da participação da Companhia no Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) nos exercícios de 2011 e 2012.

## 31. Relato por Segmentos

Nos exercícios de 2013 e 2012, a totalidade da atividade da Companhia foi realizada em Portugal e é enquadrável no ramo doença.

2013

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
<b>Resultado</b>			
Prémios Brutos	74 154 651	114 591 021	188 745 672
Prémios Adquiridos	74 167 503	113 616 702	187 784 205
Sinistralidade	(49 026 495)	(100 241 130)	(149 267 625)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(16 608 648)	(4 180 456)	(20 789 104)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	7 870	293 354	301 224
Resultado de Resseguro Cedido e Retrocedido	(575 054)	(364 625)	(939 679)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	382 174	938 734	1 320 908
Valias Não Realizadas e Imparidade	(506)	1 845	1 339
Custos por Natureza	(5 082 671)	(8 532 745)	(13 615 416)
Outros Custos e Proveitos	7 479	305 511	312 990
Imposto sobre Rendimento	(33 985)	(1 388 319)	(1 422 304)
	<b>3 237 667</b>	<b>448 871</b>	<b>3 686 538</b>
<b>Ativos</b>			
Investimentos afetos a provisões técnicas	22 060 881	72 765 450	94 826 331
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	370 262	150 948	521 210
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	429 371	1 793 293	2 222 664
Ressegurados e Resseguradores	2 583 554	2 119 793	4 703 347
Outros Devedores e Credores	21 443	761 663	783 106
Impostos Correntes	-	500 058	500 058
Impostos Diferidos	5 350	218 565	223 915
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	266 836	513 505	780 341
Acréscimos e Diferimentos	33 733	58 013	91 746
Disponibilidades	441 728	18 044 902	18 486 630
	<b>26 213 158</b>	<b>96 926 190</b>	<b>123 139 348</b>
<b>Passivos</b>			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	7 470 566	15 530 794	23 001 360
Provisão para Sinistros	14 575 743	29 856 536	44 432 279
Outras Provisões Técnicas	-	32	32
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	226 834	1 012 411	1 239 245
Ressegurados e Resseguradores	156 178	51 136	207 314
Outros Devedores e Credores	322 480	754 923	1 077 403
Impostos Correntes	61 803	98 409	160 212
Impostos Diferidos	3 865	157 907	161 772
Outras provisões	36 549	1 493 055	1 529 604
Acréscimos e diferimentos	361 668	1 104 533	1 466 201
	<b>23 215 686</b>	<b>50 059 736</b>	<b>73 275 422</b>
<b>Total Segmentos</b>			<b>46 177 388</b>
<b>Capital Social, Reservas e Resultados Retidos</b>			<b>46 177 388</b>

2012

(Valores em Euros)

	Doença		
	Seguro Individual	Seguro Grupo	Total
<b>Resultado</b>			
Prémios Brutos	70 587 665	112 756 058	183 343 723
Prémios Adquiridos	70 201 340	114 710 380	184 911 720
Sinistralidade	(45 341 711)	(100 992 292)	(146 334 003)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(16 872 657)	(4 341 452)	(21 214 109)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	1 319 858	1 102 163	2 422 021
Resultado de Resseguro Cedido e Retrocedido	(490 057)	(246 865)	(736 922)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	653 092	1 571 639	2 224 731
Valias Não Realizadas e Imparidade	(10 916)	12 135	1 219
Custos por Natureza	(4 915 814)	(8 689 248)	(13 605 062)
Outros Custos e Proveitos	-	(194 621)	(194 621)
Imposto sobre Rendimento	-	(2 139 569)	(2 139 569)
	<b>4 543 135</b>	<b>792 270</b>	<b>5 335 405</b>
<b>Ativos</b>			
Investimentos afetos a provisões técnicas	19 566 686	72 259 886	91 826 572
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	257 551	149 363	406 914
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	371 523	3 364 840	3 736 363
Ressegurados e Resseguradores	2 745 344	464 268	3 209 612
Outros Devedores e Credores	12 665	265 465	278 130
Impostos Diferidos	-	212 685	212 685
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	179 611	349 741	529 352
Acréscimos e Diferimentos	34 405	63 033	97 438
Disponibilidades	-	19 385 208	19 385 208
	<b>23 167 785</b>	<b>96 514 489</b>	<b>119 682 274</b>
<b>Passivos</b>			
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	7 491 287	14 605 214	22 096 501
Provisão para Sinistros	12 880 916	28 181 274	41 062 190
Outras Provisões Técnicas	-	244 648	244 648
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	225 384	762 291	987 675
Ressegurados e Resseguradores	240 750	66 440	307 190
Outros Devedores e Credores	282 756	976 428	1 259 184
Impostos Correntes	20 797	2 263 240	2 284 037
Impostos Diferidos	-	147 071	147 071
Outros Passivos Financeiros	-	15 000 000	15 000 000
Outras provisões	-	1 245 328	1 245 328
Acréscimos e diferimentos	430 122	1 023 615	1 453 737
	<b>21 572 012</b>	<b>64 515 549</b>	<b>86 087 561</b>
<b>Total Segmentos</b>			<b>28 259 308</b>
<b>Capital Social, Reservas e Resultados Retidos</b>			<b>28 259 308</b>

As rubricas “Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras”, “Ressegurados e Resseguradores”, “Outros Devedores e Credores” e “Impostos correntes” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, decorrentes da distribuição por segmentos originar desdobramento de saldos diferentes.

## 32. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Multicare, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos e os respetivos órgãos de Gestão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as demonstrações financeiras da Multicare incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de Gestão:

2013

(Valores em Euros)

	CAIXA SEGUROS	FIDELIDADE	CARES	VIA DIRECTA	FM SGII	GEP	EAPS
<b>ATIVO</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	335 749	-	-	-	-
Tomadores e Mediadores de seguros	-	1 526 964	-	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	4 416 410	-	1 912	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	117 447	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	515 297	855	-	-	-	-
Outros Devedores	-	-	-	-	-	-	2 928
Acréscimos e diferimentos	-	46 534	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	64 784 190	-	14 939	-	-	-
<b>PASSIVO</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	-	24 640 856	-	13 130	-	-	-
Provisão para sinistros	-	41 814 049	-	2 015	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	82 327	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	280 619	8 622	-	-	-	-
<b>CUSTOS</b>							
Prémios resseguro cedido	-	(82 327)	(693 693)	-	-	-	-
Custos com sinistros	-	(142 780 991)	-	(487)	-	-	-
Varição provisão prémios não adquiridos	-	55 023	31 220	(13 130)	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	(3 023 959)	-	(2 015)	-	-	-
Comissões de resseguro	-	(20 220 719)	-	(12 050)	-	-	-
Gastos com Pessoal	-	(3 581 443)	(79 459)	-	(5 794)	(20 024)	39 468
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(573 931)	-	-	-	(218)	(629)
Juros Suportados	(21 718)	-	-	-	-	-	-
<b>PROVEITOS</b>							
Prémios de resseguro aceite	-	183 546 545	-	29 385	-	-	-
Comissões de resseguro cedido	-	-	174 725	-	-	-	-
Rendimentos de investimentos - Títulos	-	370 823	-	3	-	-	-

(Valores em Euros)

	EPS	LCS	UNIVERSAL SEGUROS SA	CGD	OUTROS	TOTAL
<b>ATIVO</b>						
Investimentos em filiais	-	-	89 662	-	-	89 662
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	3 726 260	374 205	4 100 465
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	335 749
Tomadores e Mediadores de seguros	-	-	-	-	-	1 526 964
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	167 577	-	-	4 585 899
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	117 447
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	2 431	518 583
Outros Devedores	-	3 081	-	-	-	6 009
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	46 534
Depósito junto de cedentes	-	-	1 578 134	-	-	66 377 263
Depósito à ordem em moeda nacional	-	-	-	18 316 879	-	18 316 879
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	97 511	-	97 511
<b>PASSIVO</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	975 120	-	-	25 629 106
Provisão para sinistros	-	-	603 014	-	-	42 419 078
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	82 327
Fornecedores c/c	-	-	-	14 835	18 843	322 919
Outros Credores	-	-	42 687	6 013 711	361 359	6 417 757
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	17 051	-	20 291
<b>CUSTOS</b>						
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	( 776 020)
Custos com sinistros	-	-	( 221 930)	-	-	( 143 003 408)
Variação provisão prémios não adquiridos	-	-	( 975 120)	-	-	( 902 007)
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	( 603 014)	-	-	( 3 628 988)
Comissões de resseguro	-	-	( 233 344)	-	-	( 20 466 113)
Gastos com Pessoal	-	59 966	-	( 169 810)	-	( 3 757 096)
Fornecimentos e Serviços Externos	( 25 024)	-	-	( 127)	( 104 553)	( 704 482)
Juros Suportados	-	-	-	-	( 205)	( 21 923)
Comissões	-	-	-	( 300)	-	( 7 989)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	( 87 543)	( 137)	( 87 680)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	1	-	1
Perdas em Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	( 40 918)	-	( 40 918)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	( 45)	-	( 45)
<b>PROVEITOS</b>						
Prémios de resseguro aceite	-	-	2 181 258	-	-	185 757 188
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-	174 725
Rendimentos de investimentos	-	-	19 727	140 300	10 656	541 509
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	129	-	129
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	72	-	-	72
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	42 126	-	42 126
Rendimentos não técnicos	3 020	-	48 722	-	-	51 742



(Valores em Euros)

	LCS	CARES RH	Universal Seguros (Angola)	CPR	Imobiliário Internacional FEI	CGD	OUTROS	TOTAL
<b>ATIVO</b>								
Investimentos em filiais	-	-	89 112	-	-	-	-	89 112
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	371 300	5 084 136	-	5 455 436
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	304 529
Tomadores de seguros	-	-	-	-	-	-	-	3 055 982
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	2 966 539
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	203 864
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	961	-	-	10 000	15 476
Outros Devedores	-	-	-	-	-	-	-	11 565
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	45 022
Depósito junto de cedentes	-	-	-	-	-	-	-	63 169 843
Depósito à ordem em moeda nacional	-	-	-	-	-	19 325 698	-	19 325 698
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	59 314	-	59 314
<b>PASSIVO</b>								
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	399 446
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	24 695 879
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-	-	38 790 089
Fornecedores c/c	-	-	-	-	-	-	47 646	47 646
Credores Diversos	-	-	-	-	-	41 410	17 107	140 489
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	1 800	2 799	4 599
Empréstimo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000
<b>CUSTOS</b>								
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-	(144 585 186)
Varição provisão prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	1 513 986
Remuneração Mediação	-	-	-	-	-	-	-	(20 908 118)
Gastos com Pessoal	13 767	(23 787)	-	-	-	(129 249)	-	(3 710 040)
Fornecimentos e Serviços Externos	-	-	-	-	-	-	(113 076)	(691 022)
Juros Suportados	-	-	-	-	-	(25)	(920)	(113 834)
Comissões	-	-	-	-	-	(5 966)	(3 547)	(9 513)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-	(183 515)	-	(183 515)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	(1 732)	-	(1 732)
<b>PROVEITOS</b>								
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	180 492 187
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	(621 131)
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	253 861
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	938 477
Rendimentos de investimentos - Títulos	-	-	-	-	-	107 659	-	1 595 312
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	6 133	-	6 133
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	22 818	-	22 818
Rendimentos não técnicos	-	-	-	-	-	-	-	8 052

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

A remuneração dos administradores executivos contempla a remuneração fixa anual e reflete as reduções salariais previstas na Lei 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante os exercícios de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	REMUNERAÇÃO		OUTROS BENEFÍCIOS		ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			
	Remuneração fixa (1)		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Conselho de Administração</b>								
<b>Presidente</b>								
Armando Antonio Poco Pires	-	38 360	-	513	-	178	-	-
José António Rodrigues Nunes Coelho	173 432	113 616	2 797	2 098	-	-	-	-
<b>Vogais</b>								
Carlos Vaz Macedo Cunha Coutinho	129 121	111 058	2 376	2 295	1 831	1 831	128	119
Maria Joao C Honório Paulino Sales Luis	116 734	100 130	2 286	2 259	2 842	2 874	78	78
<b>Conselho Fiscal</b>								
<b>Presidente</b>								
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	10 283	9 534	-	-	-	-	-	-
<b>Vogais</b>								
João Filipe Gonçalves Pinto (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Augusto Máximo Santos	7 931	7 998	-	-	-	-	-	-

(1) - Inclui subsídios de férias/Natal

(2) - Suspensão da retribuição/opção por pensão

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2013, ascendem a 43.802 Euros, dos quais 35.402 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 8.400 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

## 33. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

### BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(Valores em Euros)

	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	18 486 630	18 486 630
Investimentos em filiais	-	89 662	89 662
Ativos disponíveis para venda	28 359 406	-	28 359 406
Empréstimos e contas a receber	-	66 377 263	66 377 263
Outros devedores	-	6 713 413	6 713 413
	<b>28 359 406</b>	<b>91 666 968</b>	<b>120 026 374</b>
<b>Passivo</b>			
Outros credores	-	1 233 961	1 233 961
	-	<b>1 233 961</b>	<b>1 233 961</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19 385 209	19 385 208
Investimentos em filiais	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	63 169 843	63 169 843
Outros devedores	-	6 720 591	6 720 591
	<b>28 567 617</b>	<b>89 364 755</b>	<b>117 932 371</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos subordinados	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	1 069 481	1 069 481
	-	<b>16 069 481</b>	<b>16 069 481</b>

Os montantes considerados nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” correspondem essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	917 349	-	917 349	803 918	-	803 918
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	4 055	-	4 055
Empréstimos concedidos e contas a receber	394 148	-	394 148	1 396 350	-	1 396 350
Depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	-	6 463	-	6 463
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
de ativos disponíveis para venda	9 340	104 177	113 517	13 016	2 359 314	2 372 330
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	1 191	-	1 191
Diferenças de câmbio	(2 027)	-	(2 027)	5 871	-	5 871
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	-	-	-	(216)	-	(216)
de investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	(45 800)	-	(45 800)
Juros de passivos subordinados	(21 718)	-	(21 718)	(112 889)	-	(112 889)
	<b>1 297 092</b>	<b>104 177</b>	<b>1 401 269</b>	<b>2 071 959</b>	<b>2 359 314</b>	<b>4 431 273</b>

Nos exercícios de 2013 e 2012, os rendimentos e gastos com juros apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Ativo</b>		
Ativos disponíveis para venda	906 591	797 277
Empréstimos concedidos e contas a receber	394 148	1 396 350
Depósitos à ordem em instituições de crédito	-	6 463
Investimentos a deter até à maturidade	-	4 055
	<b>1 300 739</b>	<b>2 204 145</b>
<b>Passivo</b>		
Passivos subordinados	21 718	112 889
	<b>21 718</b>	<b>112 889</b>

## OUTRAS DIVULGAÇÕES

### Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2013				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	18 486 630	18 486 630
Investimentos em filiais	-	-	-	89 662	89 662
Ativos disponíveis para venda	709	27 984 491	374 206	-	28 359 406
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	66 377 263	66 377 263
Outros devedores	-	-	-	6 713 413	6 713 413
	<b>709</b>	<b>27 984 491</b>	<b>374 206</b>	<b>91 666 968</b>	<b>120 026 374</b>
<b>Passivo</b>					
Outros credores	-	-	-	1 233 961	1 233 961
	-	-	-	<b>1 233 961</b>	<b>1 233 961</b>
	<b>709</b>	<b>27 984 491</b>	<b>374 206</b>	<b>90 433 007</b>	<b>118 792 413</b>

(Valores em Euros)

	2012				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
<b>Ativo</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	19 385 208	19 385 208
Investimentos em filiais	-	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	604	28 195 712	371 301	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	63 169 843	63 169 843
Outros devedores	-	-	-	6 720 591	6 720 591
	<b>604</b>	<b>28 195 712</b>	<b>371 301</b>	<b>89 364 754</b>	<b>117 932 371</b>
<b>Passivo</b>					
Passivos subordinados	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	-	-	-	1 069 481	1 069 481
	-	-	-	<b>16 069 481</b>	<b>16 069 481</b>
	<b>604</b>	<b>28 195 712</b>	<b>371 301</b>	<b>73 295 273</b>	<b>101 862 890</b>

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.

- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2012 e 2013 nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	(Valores em Euros)
	Ativos disponíveis para venda
Saldo em 31 de dezembro de 2011	370 506
Revalorizações	
- por contrapartida de capitais próprios	795
Saldo em 31 de dezembro de 2012	371 301
Revalorizações	
- por contrapartida de capitais próprios	2 905
Saldo em 31 de dezembro de 2013	374 206

Em 2013 e 2012 não ocorreram reclassificações de ativos financeiros entre os níveis da hierarquia de justo valor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico é razoavelmente aproximado ao seu valor de balanço.

## **POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DA MULTICARE**

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Companhia, que é atualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, as sociedades gestoras, o tipo de gestão associado a cada uma das carteiras de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

### **1. Modelo de Gestão**

Está definido um modelo de gestão, com base no qual o gestor concretiza a política de investimentos:

**Benchmarking – Índices de Referência** – neste modelo são definidos os níveis de exposição a cada classe de ativos (rendimento fixo, rendimento variável, ativos imobiliários e outros) e os vários índices de referência de cada classe, relativamente aos quais será medida a performance de cada tipo de ativo. A gestão poderá, conforme as circunstâncias dos mercados, em cada momento, estar investida em igual proporção, sobre exposta ou sub-exposta relativamente ao benchmark estabelecido.

## 2. Limites de Exposição

Para as várias classes de ativos, encontram-se definidos os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Ativos	Limite máximo (% do valor global da Carteira)
Rendimento Fixo - Taxas longas*	70,0 %
Soberana	70,0 %
Corporate	50,0 %
Rendimento Fixo - Taxas curtas**	100,0 %
Retorno Absoluto***	2,0 %
Rendimento Variável	30,0 %
Rendimento Variável ilíquido (Private equity e outros)	6%
	(20% do investimento em rendimento variável)
Imobiliário	15,0 %

(\*) Entende-se por taxas longas todas as emissões de taxa fixa com maturidade superior a um ano.

(\*\*) Entende-se por taxas curtas todas as emissões de taxa fixa com maturidade residual inferior a um ano e as emissões de taxa variável.

(\*\*\*) Inclui os hedge funds e o investimento em commodities.

Para efeitos da classificação dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Na classe de Rendimento Fixo (taxas longas e taxas curtas) são elegíveis para investimento:

- Obrigações denominadas em euros, tendo em consideração os limites definidos na alínea d) do ponto 3, que ponderam maturidade com a qualidade de crédito;
- Ações remíveis com características de obrigações;
- Fundos Mobiliários de Obrigações;
- Derivados de taxas de juro ou de risco de crédito;
- Instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários,
- Títulos do Grupo

O investimento em instrumentos de Rendimento Fixo para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe inferior a 2.500.000 Euros pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Na classe de ativos de **Rendimento Variável** são elegíveis para investimento:

- Ações que fazem parte do Índice Dow Jones Euro Stoxx 600
- Obrigações com risco de ações
- Fundos Mobiliários de Ações
- Derivados associados aos ativos de rendimento variável

O investimento em ações para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe inferior a 250.000 euros pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices), Fundos de Investimento Mobiliário ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

Existe também uma categoria para ativos **alternativos** que permite integrar Hedge Funds e outras estratégias essencialmente focadas no retorno positivo e que utilizam abordagens alavancadas ou com grande utilização de derivativos. Apesar de ser muitas vezes chamada classe de ativos não passa de uma metodologia de gestão, com um enquadramento normativo mais livre, e que pode utilizar várias classes de ativos, sejam ações, rendimento fixo, commodities (mercadorias indiferenciadas), moeda estrangeira e outros.

O **Imobiliário** inclui Terrenos e Edifícios, os Fundos de Investimento Imobiliários, outros ativos que não sendo diretamente imobiliários façam depender o seu desempenho do desempenho deste tipo de ativos imobiliários e os derivativos com risco imobiliário.

### **3. Outros limites**

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

- a. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;
- b. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro estão limitadas a 5% do valor da carteira;
- c. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivativos para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

d. Universo de investimento para ativos de Rendimento Fixo:

Com exceção da dívida soberana dos países da Zona Euro (não existem limites de notação de rating), as obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos nos quadros seguintes, que ponderam a maturidade residual com a qualidade de crédito. Na aquisição não deverá haver investimento abaixo da notação BBB- ou notação equivalente das casas de rating de referência. A notação de rating a considerar na aquisição deverá ser a determinada pela agência de rating S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por emitente
Até 1,5 anos	BBB-	BBB-	0,5%
De 1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
De 5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	
De 15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	

Gestão ativa	Rating*	Limite por emissão	Limite por emitente
0 a 5 anos	BBB-	1%	
5 a 10 anos	BBB-	0,5%	1%
0 a 5 anos	A-	3%	
5 a 15 anos	A-	2%	3%
0 a 5 anos	AA-	5%	
5 a 20 anos	AA-	3%	5%
0 a 5 anos	AAA	6%	
5 a 30 anos	AAA	3%	6%

e. Limites por setor de atividade e por subordinação da emissão:

- i. dívida subordinada: 10% da carteira
- ii. crédito por setor de atividade (exceto banca): 20% da carteira
- iii. crédito do setor serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira

f. O investimento em outras classes de ativos não especificadas está sempre sujeito a aprovação casuística do Conselho de Administração.

#### **4. Carteiras com Benchmarks**

O investimento em ações, num valor inferior a 250.000 euros, para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe, pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds – fundos de investimento que replicam o comportamento dos índices) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária. O investimento em instrumentos, num valor inferior a 1.500.000 euros, ligados a taxas curtas para as carteiras com um objetivo de exposição a esta classe, pode ser efetuado via ETF (Exchange Traded Funds) ou equiparados que sejam harmonizados em termos de legislação comunitária.

#### **5. Avaliação do Risco**

Existe um modelo de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento da Direção de Gestão de Risco da Seguradora e da Caixa Geral de Depósitos (CGD). São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

A avaliação do risco dos Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

## 6. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é gerido de uma maneira ativa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos benchmarks, verificando-se uma gestão tática de underweight/overweight em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a otimizar os retornos dos ativos.

A Companhia utiliza ainda neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga em sede própria os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco tendo-se desenvolvido pontualmente exercícios de stress-test para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de ativos.

A política de gestão de risco/análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo divulgada no ponto Requisitos de segregação de ativos, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões/outlooks das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

## Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição a risco de crédito da Multicare apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)			
	2013		2012	
	Valor contabilístico bruto	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Valor contabilístico líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	18 486 292	18 486 292	19 385 012	19 385 012
Ativos disponíveis para venda - instrumentos de dívida	27 984 491	27 984 491	28 195 712	28 195 712
Empréstimos e contas a receber	66 377 263	66 377 263	63 169 843	63 169 843
Outros devedores	6 713 413	6 713 413	6 720 591	6 720 591
<b>Exposição a risco de crédito</b>	<b>119 561 459</b>	<b>119 561 459</b>	<b>117 471 158</b>	<b>117 471 158</b>

### Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013		2012
	Ratings		Ratings
	Portugal	Outros	Portugal
Depósitos em Instituições de Crédito			
BB- até BB+	18 486 292	-	19 385 012
	<b>18 486 292</b>	<b>-</b>	<b>19 385 012</b>
Depósitos junto de Empresas Cedentes			
Sem rating	64 799 129	1 578 134	63 169 843
<b>Total</b>	<b>83 285 421</b>	<b>1 578 134</b>	<b>82 554 855</b>

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de depósitos junto de empresas cedentes corresponde a provisões retidas pelos cedentes ao abrigo dos tratados de resseguro celebrados com a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., com a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. e com a Universal Seguros, S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 incluía as provisões retidas pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. são entidades detidas integralmente pelo Grupo Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.. A Universal Seguros, S.A. é detida maioritariamente pelo Grupo Caixa Seguros e Saúde (Nota 6).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				
	Ratings				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>					
Corporate					
AA- até AA+	-	114 793	-	-	114 793
A- até A+	-	683 149	520 780	-	1 203 929
BBB- até BBB+	-	534 607	-	-	534 607
BB- até BB+	-	1 077 818	-	-	1 077 818
	-	<b>2 410 367</b>	<b>520 780</b>	-	<b>2 931 147</b>
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	853 362	-	-	853 362
AA- até AA+	-	1 151 686	-	-	1 151 686
A- até A+	-	519 070	-	-	519 070
BB- até BB+	3 823 605	-	-	-	3 823 605
	<b>3 823 605</b>	<b>2 524 118</b>	-	-	<b>6 347 723</b>
Instituições Financeiras					
AAA	-	434 431	-	-	434 431
AA- até AA+	-	436 466	-	576 636	1 013 102
A- até A+	-	4 161 967	150 088	104 334	4 416 389
BBB- até BBB+	-	4 701 004	146 034	-	4 847 038
BB- até BB+	7 913 348	81 313	-	-	7 994 661
	<b>7 913 348</b>	<b>9 815 181</b>	<b>296 122</b>	<b>680 970</b>	<b>18 705 621</b>
<b>Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>11 736 953</b>	<b>14 749 666</b>	<b>816 902</b>	<b>680 970</b>	<b>27 984 491</b>

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2012				
	Ratings				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>					
Corporate					
AA- até AA+	-	119 118	-	-	119 118
A- até A+	-	691 082	551 828	-	1 242 910
BBB- até BBB+	-	534 630	-	-	534 630
BB- até BB+	-	1 172 439	-	-	1 172 439
	-	<b>2 517 269</b>	<b>551 828</b>	-	<b>3 069 097</b>
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	882 765	-	-	882 765
AA- até AA+	-	1 607 770	-	-	1 607 770
BBB- até BBB+	-	496 270	-	-	496 270
BB- até BB+	6 287 030	-	-	-	6 287 030
	<b>6 287 030</b>	<b>2 986 805</b>	-	-	<b>9 273 835</b>
Instituições Financeiras					
AAA	-	650 809	-	-	650 809
AA- até AA+	-	447 731	-	790 807	1 238 538
A- até A+	-	5 332 081	250 084	306 376	5 888 541
BBB- até BBB+	-	1 510 437	337 159	109 806	1 957 402
BB- até BB+	6 117 490	-	-	-	6 117 490
	<b>6 117 490</b>	<b>7 941 058</b>	<b>587 243</b>	<b>1 206 989</b>	<b>15 852 780</b>
<b>Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)</b>	<b>12 404 520</b>	<b>13 445 132</b>	<b>1 139 071</b>	<b>1 206 989</b>	<b>28 195 712</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tem ativos financeiros em situação de incumprimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia à dívida soberana, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2013			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
<b>Portugal</b>				
. Vencimento entre 2015 e 2017	3 083 822	153 501	148 963	3 386 286
. Vencimento entre 2018 e 2021	462 043	(36 500)	11 776	437 319
	<b>3 545 865</b>	<b>117 001</b>	<b>160 739</b>	<b>3 823 605</b>
<b>França</b>				
. Vencimento entre 2015 e 2017	1 104 999	38 886	7 801	1 151 686
	<b>1 104 999</b>	<b>38 886</b>	<b>7 801</b>	<b>1 151 686</b>
<b>Holanda</b>				
. Vencimento entre 2015 e 2017	203 605	1 585	5 274	210 464
. Vencimento entre 2018 e 2021	86 927	4 581	1 482	92 990
	<b>290 532</b>	<b>6 166</b>	<b>6 756</b>	<b>303 454</b>
<b>Alemanha</b>				
. Vencimento entre 2015 e 2017	515 963	16 637	17 308	549 908
	<b>515 963</b>	<b>16 637</b>	<b>17 308</b>	<b>549 908</b>
<b>Itália</b>				
. Vencimento após 2021	494 273	17 052	7 745	519 070
	<b>494 273</b>	<b>17 052</b>	<b>7 745</b>	<b>519 070</b>
<b>Total</b>	<b>5 951 632</b>	<b>195 742</b>	<b>200 349</b>	<b>6 347 723</b>

(Valores em Euros)

Divida soberana	2012			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
<b>Portugal</b>				
. Vencimento até 2013	2 511 143	28 633	-	2 539 776
. Vencimento entre 2014 e 2016	3 075 908	111 401	149 020	3 336 329
. Vencimento entre 2017 e 2020	463 662	(64 513)	11 776	410 925
	<b>6 050 713</b>	<b>75 521</b>	<b>160 796</b>	<b>6 287 030</b>
<b>França</b>				
. Vencimento até 2013	404 188	572	10 959	415 719
. Vencimento entre 2014 e 2016	1 126 247	58 003	7 801	1 192 051
	<b>1 530 435</b>	<b>58 575</b>	<b>18 760</b>	<b>1 607 770</b>
<b>Holanda</b>				
. Vencimento entre 2014 e 2016	207 033	3 847	5 274	216 154
. Vencimento entre 2017 e 2020	88 090	7 530	1 482	97 102
	<b>295 123</b>	<b>11 377</b>	<b>6 756</b>	<b>313 256</b>
<b>Alemanha</b>				
. Vencimento entre 2014 e 2016	523 682	28 518	17 309	569 509
	<b>523 682</b>	<b>28 518</b>	<b>17 309</b>	<b>569 509</b>
<b>Itália</b>				
. Vencimento após 2020	493 644	(5 119)	7 745	496 270
	<b>493 644</b>	<b>(5 119)</b>	<b>7 745</b>	<b>496 270</b>
<b>Total</b>	<b>8 893 597</b>	<b>168 872</b>	<b>211 366</b>	<b>9 273 835</b>

## Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2013								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	18 486 630	-	-	-	-	-	-	-	18 486 630
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	89 662	89 662
Ativos disponíveis para venda	236 591	3 327 171	4 861 113	4 241 724	13 159 651	1 285 340	2 052 900	374 915	29 539 405
Empréstimos e contas a receber	34 043	68 086	102 127	68 159 652	-	-	-	-	68 363 908
Outros devedores	6 713 413	-	-	-	-	-	-	-	6 713 413
	<b>25 470 677</b>	<b>3 395 257</b>	<b>4 963 240</b>	<b>72 401 376</b>	<b>13 159 651</b>	<b>1 285 340</b>	<b>2 052 900</b>	<b>464 577</b>	<b>123 193 018</b>
<b>Passivo</b>									
Outros credores	1 233 961	-	-	-	-	-	-	-	1 233 961
	<b>1 233 961</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 233 961</b>

(Valores em Euros)

	2012								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Indeterminado	
<b>Ativo</b>									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 385 208	-	-	-	-	-	-	-	19 385 208
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	798 822	1 235 083	6 808 767	4 001 776	7 450 726	7 345 542	2 328 047	371 905	30 340 668
Empréstimos e contas a receber	28 532	57 063	85 595	63 341 033	-	-	-	-	63 512 223
Outros devedores	6 720 591	-	-	-	-	-	-	-	6 720 591
	<b>26 933 153</b>	<b>1 292 146</b>	<b>6 894 362</b>	<b>67 342 809</b>	<b>7 450 726</b>	<b>7 345 542</b>	<b>2 328 047</b>	<b>461 017</b>	<b>120 047 802</b>
<b>Passivo</b>									
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	15 000 000	15 000 000
Outros credores	1 069 481	-	-	-	-	-	-	-	1 069 481
	<b>1 069 481</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 000 000</b>	<b>16 069 481</b>

Os valores acima apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Multicare na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";
- Os montantes registados na rubrica "Empréstimos e contas a receber" correspondem a provisões retidas pelos cedentes no âmbito dos tratados de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados na coluna "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

### Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(Valores em Euros)

	2013			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	18 486 292	338	18 486 630
Investimentos em filiais	-	-	89 662	89 662
Ativos disponíveis para venda	25 227 567	2 756 924	374 915	28 359 406
Empréstimos e contas a receber	1 578 134	64 799 129	-	66 377 263
Outros devedores	-	-	6 713 413	6 713 413
	<b>26 805 701</b>	<b>86 042 345</b>	<b>7 178 328</b>	<b>120 026 374</b>
<b>Passivo</b>				
Outros credores	-	-	1 233 961	1 233 961
	-	-	<b>1 233 961</b>	<b>1 233 961</b>

(Valores em Euros)

	2012			
	Exposição a			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
<b>Ativo</b>				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	19 385 012	196	19 385 208
Investimentos em filiais	-	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	22 287 662	5 908 050	371 905	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	-	63 169 843	-	63 169 843
Outros devedores	-	-	6 720 591	6 720 591
	<b>22 287 662</b>	<b>88 463 101</b>	<b>7 181 608</b>	<b>117 932 371</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos subordinados	-	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	-	-	1 069 481	1 069 481
	-	<b>15 000 000</b>	<b>1 069 481</b>	<b>16 069 481</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2013							Total
	Datas de refixação/ Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	18 486 292	-	-	-	-	-	-	18 486 292
Ativos disponíveis para venda	700 000	700 000	3 550 000	3 600 000	3 800 000	11 155 000	2 816 000	26 321 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	66 377 263	-	-	66 377 263
	<b>19 186 292</b>	<b>700 000</b>	<b>3 550 000</b>	<b>3 600 000</b>	<b>70 177 263</b>	<b>11 155 000</b>	<b>2 816 000</b>	<b>111 184 555</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>19 186 292</b>	<b>700 000</b>	<b>3 550 000</b>	<b>3 600 000</b>	<b>70 177 263</b>	<b>11 155 000</b>	<b>2 816 000</b>	<b>111 184 555</b>

(Valores em Euros)

	2012							Total
	Datas de refixação/ Datas de maturidade							
	Até 7 dias	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 385 012	-	-	-	-	-	-	19 385 012
Ativos disponíveis para venda	900 000	2 205 000	2 550 000	6 000 000	3 166 000	4 090 000	8 081 000	26 992 000
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	63 169 843	-	-	63 169 843
	<b>20 285 012</b>	<b>2 205 000</b>	<b>2 550 000</b>	<b>6 000 000</b>	<b>66 335 843</b>	<b>4 090 000</b>	<b>8 081 000</b>	<b>109 546 855</b>
<b>Passivo</b>								
Passivos subordinados	-	-	15 000 000	-	-	-	-	15 000 000
<b>Exposição líquida</b>	<b>20 285 209</b>	<b>2 205 000</b>	<b>(12 450 000)</b>	<b>6 000 000</b>	<b>66 335 843</b>	<b>4 090 000</b>	<b>8 081 000</b>	<b>94 547 052</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros da Companhia a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2013					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos disponíveis para venda	(782 723)	(399 012)	(201 476)	205 537	415 262	836 800
	<b>(782 723)</b>	<b>(399 012)</b>	<b>(201 476)</b>	<b>205 537</b>	<b>415 262</b>	<b>836 800</b>
<b>Margem financeira</b>						
Proveitos com Juros	43 713	21 856	10 928	(10 291)	(16 093)	(24 940)
	<b>43 713</b>	<b>21 856</b>	<b>10 928</b>	<b>(10 291)</b>	<b>(16 093)</b>	<b>(24 940)</b>

(Valores em Euros)

	2012					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
<b>Ativo</b>						
Ativos disponíveis para venda	(841 137)	(430 163)	(217 560)	222 683	450 664	923 254
	<b>(841 137)</b>	<b>(430 163)</b>	<b>(217 560)</b>	<b>222 683</b>	<b>450 664</b>	<b>923 254</b>
<b>Margem financeira</b>						
Proveitos com Juros	83 890	41 945	20 973	(18 935)	(27 805)	(39 212)
	<b>83 890</b>	<b>41 945</b>	<b>20 973</b>	<b>(18 935)</b>	<b>(27 805)</b>	<b>(39 212)</b>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva da taxa da dívida pública portuguesa, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2013		
	Euros	Outras moedas	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	18 429 702	56 928	18 486 630
Investimentos em filiais	-	89 662	89 662
Ativos disponíveis para venda	28 359 406	-	28 359 406
Empréstimos e contas a receber	66 377 263	-	66 377 263
Outros devedores	6 713 413	-	6 713 413
	<b>119 879 784</b>	<b>146 590</b>	<b>120 026 374</b>
<b>Passivo</b>			
Outros credores	1 233 961	-	1 233 961
	<b>1 233 961</b>	<b>-</b>	<b>1 233 961</b>

(Valores em Euros)

	2012		
	Euros	Outras moedas	Total
<b>Ativo</b>			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19 325 894	59 314	19 385 208
Investimentos em filiais	-	89 112	89 112
Ativos disponíveis para venda	28 567 617	-	28 567 617
Empréstimos e contas a receber	63 169 843	-	63 169 843
Outros devedores	6 720 591	-	6 720 591
	<b>117 783 945</b>	<b>148 426</b>	<b>117 932 371</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos subordinados	15 000 000	-	15 000 000
Outros credores	1 069 481	-	1 069 481
	<b>16 069 481</b>	<b>-</b>	<b>16 069 481</b>

## 34. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada de seguida uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco do Ramo Doença, efetuada pela Multicare.

### 34.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais da Fidelidade, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, apoiada em normas e procedimentos escritos e confirmada pelo Departamento Técnico de Subscrição da Multicare, com o seguinte âmbito:

- Produtos standardizados;
- Riscos com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Produtos com componentes opcionais vendidas de acordo com a tarifa.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Simuladores, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standardizadas, propostas de seguro, declarações tipo, questionários médicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra as Direções Comerciais de Mediadores e Corretores da Fidelidade com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos, e apresenta o seguinte âmbito:

- Subscrição de Produtos standardizados, com a possibilidade de definição de cláusulas particulares, com o objetivo de ajustar a apólice ao risco específico ou de limitar a exposição ao risco;
- Para além da subscrição dos riscos delegados ao terceiro nível, subscrição dos riscos a seguir caracterizados:
  - i) riscos com elevada sinistralidade geral; ii) riscos que, considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; iii) riscos cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica específica;
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais;
- Subscrição de riscos que pelas suas características justificam um prémio significativamente diferente do definido na tarifa do produto.

As Direções Comerciais têm ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial, fornecidos pelo Departamento Técnico de Subscrição em conjunto com o Gabinete de Atuariado e Controle que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do Ramo e do comportamento do risco.

Existe ainda um primeiro nível de subscrição, destinado aos riscos de valor unitário muito elevado, ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados, em que as condições de aceitação são analisadas pelo Departamento Técnico de Subscrição da Multicare, que elaborará e enviará uma proposta de aceitação à Direção Comercial envolvida, que, por sua vez, submeterá à aprovação do Administrador do pelouro da Seguradora que aceita o risco.

O Departamento Técnico de Subscrição é dotado de técnicos especializados, coadjuvado por atuários do Gabinete de Atuariado e Controle, que farão as necessárias análises técnico-atuariais aos riscos propostos.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado.

## **34.2. Gestão Técnica**

A gestão técnica do Ramo Doença compreende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, do número de contratos seguros, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

## **34.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco**

### **Riscos Internos da Organização**

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

### **Estudos de Perfil da Carteira**

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos e coberturas em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Estes estudos permitem obter uma análise qualitativa e da sinistralidade das classes acima referidas, tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e correção de eventuais distorções, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

#### **Análises Periódicas da Evolução da Carteira**

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida ao nível dos Produtos sob gestão no caso dos produtos standardizados e, negócio a negócio, nos seguros de grupo não standardizados.

#### **Seleção e Atualização de Carteira**

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, através da introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) em função da frequência e/ou elevada sinistralidade.

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão chegar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

#### **Concentrações de risco de seguro**

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais, coberturas, escalão etário, género e outros parâmetros definidores do risco, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas.

### **Comportamento da carteira**

No caso específico do Ramo Saúde, ramo único na Multicare, a concentração de risco não será uma verdadeira ameaça, já que as epidemias estão excluídas à partida. Este risco estará mais diluído, ainda, pela abrangência da Multicare ser nacional e com representação significativa em todas as regiões.

Nesta Seguradora, cerca de 84 % dos sinistros geridos na Multicare são em sistema de Rede Convencionada. Este sistema de gestão permite reduzir, de forma significativa, a tempestividade e a incerteza dos futuros fluxos de caixa e nalgumas situações - sempre que temos “preços-pacote” acordados - também em montante.

Nos restantes sinistros (16%) que são suportados pelo sistema de reembolso, existe ainda, numa parte significativa da carteira, um período limite de envio das despesas que mais uma vez concorre para a redução do seu prazo de regularização, pelo que, no conjunto do Ramo Saúde, o período de resolução dos sinistros é relativamente reduzido.

### **Comportamento da rede de prestadores**

A área de monitorização da rede Multicare tem aperfeiçoado modelos de análise de comportamento dos prestadores por cobertura e por tipologia de prestação/valência médica.

Em complementaridade tem-se vindo a desenvolver uma estrutura dedicada à fraude.

As análises efetuadas por estas áreas, algumas com um período de observação de seis anos, têm conduzido à identificação de comportamentos atípicos e recorrentes, permitindo uma intervenção direta junto dos prestadores, com vista à correção do seu comportamento ou mesmo à rescisão da convenção.

### **Adequação dos prémios e adequação das provisões**

Os prémios adquiridos para a totalidade da carteira de seguro direto e resseguro aceite foram, neste exercício, suficientes para fazer face às responsabilidades por eles assumidas.

No final do exercício de 2013 a Multicare tem 694.333 Pessoas Seguras. A taxa de sinistralidade teve um ligeiro acréscimo de 0,7p.p., situando-se em 79,9%. Neste exercício não se atualizaram as tarifas dos produtos standards. A libertação da franquia anual dos produtos da gama OGS, iniciada em junho do ano anterior, importou, para o exercício corrente, um custo adicional de 1,84 milhões de euros, o que se traduziu num aumento de 0,3p.p. na taxa de sinistralidade. Se retirarmos este impacto, a taxa de sinistralidade no final de 2013 seria mais exatamente 78,9%, o que corresponderia a uma redução de 0,3 p.p.

Em 2013, e pela primeira vez, estimámos separadamente a necessidade de provisões para sinistros de contratos de seguros individuais e de grupo, o que reforçou a prudência na avaliação destas.

O valor das provisões para sinistros contabilizados, em resseguro aceite, é de quarenta e três milhões (43.617.570,25) de euros, dos quais trinta e nove milhões e meio (39.496.902) de euros dizem respeito a sinistros declarados à Multicare, dois milhões e novecentos mil (2.988.671) euros são para sinistros IBNR, um milhão e cem mil (1.131.997) euros como provisão para encargos futuros de gestão de sinistros. Neste exercício, pelos motivos que abaixo se explanam não houve necessidade de provisão para riscos em curso no resseguro aceite e no seguro direto a necessidade de provisão não teve expressão.

#### **Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional**

A taxa de sinistralidade do ano observada em seguro direto foi de 90,7%, e o rácio combinado de 100,58%, cinco pontos percentuais abaixo do ano anterior.

No que respeita à atividade em resseguro aceite, o rácio de sinistralidade foi 81,69%, o rácio de despesas 15,5%, o rácio de cedência 0,86% e o rácio de rendimentos 0,98%, o que conduz a um rácio agregado de 97,08%, demonstrativo da suficiência de prémios.

#### **34.4. Políticas de Resseguro**

A Multicare é Resseguradora das Companhias Fidelidade, Real Vida, Via Direta e Universal através de tratados de quota-parte. Estabeleceu ainda um Tratado de Stop-Loss com a Fidelidade para os riscos aceites da Universal.

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e os valores dos riscos a segurar. O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa dos diversos tipos de risco.

Os seguros de Doenças Graves-Best Doctors, riscos que envolvem elevados capitais seguros, estão ressegurados na Munich Re.

As retenções são as adaptadas à carteira existente e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Também para os planos com a atual designação de “Total”, seguros com garantias mais elevadas em comercialização na gama Individual, foi negociado um tratado de resseguro com a Munich Re. Este tratado transfere para aquela resseguradora 80% do risco das coberturas de Internamento, Ambulatório, Estomatologia e Medicamentos que neste produto têm capitais bastante elevados.

Para além deste tratado de resseguro, existe ainda um tratado de resseguro com a Cares, para onde se transfere a totalidade dos riscos das seguintes coberturas:

- Assistência domiciliária;
- Apoio domiciliário;
- Transporte de Urgência;
- Assistência Clínica domiciliária; e
- Assistência Clínica em Viagem.

A Multicare proporciona ainda aos seus clientes individuais uma cobertura de proteção ao pagamento dos prémios em caso de Morte, de Invalidez Absoluta e Definitiva, de Desemprego Involuntário e de Internamento Hospitalar. Esta garantia está coberta por um tratado de resseguro de quota-parte que transfere 100% do risco para as Companhias Financial Insurance Company Ltd e Financial Assurance Company Ltd.

Os critérios de seleção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento no que se refere a pagamentos/recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como fator determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

## **35. Gestão de Capital**

Os objetivos de gestão do Capital na Multicare obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Multicare está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Multicare está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos delas decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Multicare efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por via do auto financiamento e da captação de recursos de segurados e ressegurados.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares nº 12/2008-R, de 30 de outubro, 21/2010-R, de 16 de dezembro e 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.

- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.

- Caso o Instituto de Seguros de Portugal verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado por esse Instituto, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património especial que garante, em particular, os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Multicare conta com a colaboração de diversas áreas que exercem funções transversais ao grupo em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);

A Multicare dispõe, ainda, de um órgão interno, o Gabinete de Atuariado e Controlo (GAC) que reporta diretamente ao Conselho de Administração.

### **Direção de Gestão de Riscos**

A missão da DGR assenta no desenvolvimento, comunicação e implementação de um ciclo de gestão de riscos destinado à identificação, à avaliação e à monitorização do perfil de risco das várias linhas de negócio, permitindo ao Conselho de Administração e às várias Direções envolvidas incorporar esta informação na sua tomada de decisões.

A DGR tem como principais funções:

- a. Desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões;
- b. Gestão dos Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:
  - Gestão do Sistema de Gestão de Risco Operacional bem como a implementação e desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno;
  - Desenvolver, implementar e atualizar os modelos, ferramentas e relatórios de suporte à tomada de decisões, do Conselho de Administração e/ou das restantes Direções, com base no perfil de risco da Companhia;
  - Desenvolver níveis técnicos de alerta sobre valores em risco, permitindo ao Conselho de Administração monitorizar o perfil de riscos das carteiras da Companhia;

### **Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance**

A missão da DIC é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem das empresas e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

#### **a. Prevenção de Branqueamento de Capitais**

Assegurar a prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transações e reporte às autoridades judiciais e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

#### **b. Compliance**

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macroprocessos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura “Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)”;
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de atividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

**Direção de Auditoria**

A Direção de Auditoria (DAU) tem como principal missão garantir a avaliação e acompanhamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaboração e Execução do Plano Anual de Auditoria - a avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é uma componente-chave do referido Plano;
- b. Atividades de Auditoria - concretização do Plano de Auditoria, através da execução de auditorias às diversas áreas e desenvolvimento de um conjunto de recomendações/medidas corretivas em resultado das mesmas;
- c. Auditoria Informática - envolve ações de auditoria aos sistemas de informação, suportadas por uma metodologia própria, cujo objetivo passa por determinar a probabilidade de ocorrência de eventos de risco e os seus impactos.

**Gabinete de Atuariado e Controlo**

O GAC desenvolve a sua atividade em colaboração com a DGR no que respeita à gestão do risco operacional e à implementação do sistema de controlo interno. Tem, ainda, como atribuições colaborar na definição das políticas de subscrição, tarifação e resseguro, bem como monitorizar o risco da carteira e o comportamento da rede de prestadores, suportado em técnicas estatísticas e atuariais.

A margem de solvência da Multicare em 31 de dezembro de 2013 e 2012, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
<b>Margem de solvência disponível:</b>		
Capital Social Realizado	27 000 000	18 000 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	608 559	504 382
Reserva por impostos diferidos	(161 773)	(146 271)
Reserva Legal	1 082 655	548 655
Prémios de Emissão	13 194 000	7 200 000
Outras Reservas	4 453 947	2 148 902
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	-	3 640
Resultado líquido do exercício	3 686 538	5 335 405
Distribuição de dividendos proposta	(3 317 884)	(2 500 000)
	<b>46 546 042</b>	<b>31 094 713</b>
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	-	15 000 000
	<b>46 546 042</b>	<b>46 094 713</b>
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	556 166	369 445
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	<b>45 989 876</b>	<b>45 725 268</b>
<b>Requisitos de solvência:</b>		
Ramos não-vida	36 412 592	36 154 375
Total da Margem de Solvência a constituir	<b>36 412 592</b>	<b>36 154 375</b>
Excedente de cobertura	<b>9 577 284</b>	<b>9 570 893</b>
Taxa de cobertura	126%	126%

No que se refere aos dividendos a distribuir relativos a 2013, foi considerado, como estimativa, um valor de 3.317.884 Euros.

As empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte ao Instituto de Seguros de Portugal o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

## 36. Eventos Subsequentes

No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare – Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited, alienação esta que ficará concluída com a obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal.

# 04

## ANEXOS

# Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1  
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
<b>1.1.5 - Títulos de dívida de filiais</b>							
CGD, 5.125%, 19/02/2014, CORP		2 400 000	102,20		2 452 800	104,54	2 508 887
CGD, 8%, 28/09/2015, CORP		1 100 000	109,30		1 202 262	110,67	1 217 373
<b>sub-total</b>		<b>3 500 000</b>			<b>3 655 062</b>		<b>3 726 260</b>
<b>sub-total</b>	<b>0</b>	<b>3 500 000</b>			<b>3 655 062</b>		<b>3 726 260</b>
<b>1.2 - Títulos estrangeiros</b>							
<b>1.2.1 - Partes de capital em filiais</b>							
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89 661,16	89 662	89 661,16	89 662
<b>sub-total</b>	<b>1</b>				<b>89 662</b>		<b>89 662</b>
<b>total</b>	<b>1</b>	<b>3 500 000</b>			<b>3 744 724</b>		<b>3 815 922</b>
<b>2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento</b>							
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	113 478			4,34	491 999	3,30	374 206
<b>sub-total</b>	<b>113 478</b>				<b>491 999</b>		<b>374 206</b>
<b>sub-total</b>	<b>113 478</b>	<b>0</b>			<b>491 999</b>		<b>374 206</b>
<b>2.1.2 - Títulos de dívida</b>							
<b>2.1.2.1 - De dívida pública</b>							
PGB, 3.35%, 15/10/2015, GOVT		500 000	95,80		478 987	100,74	503 709
PGB, 4.8%, 15/06/2020, GOVT		450 000	103,70		466 652	97,18	437 319
PGB, 6.4%, 15/02/2016, GOVT		2 600 000	99,76		2 593 812	110,87	2 882 577
<b>sub-total</b>		<b>3 550 000</b>			<b>3 539 451</b>		<b>3 823 605</b>
<b>2.1.2.2 - De outros emissores públicos</b>							
<b>sub-total</b>							
<b>2.1.2.3 - De outros emissores</b>							
BES, 5.875%, 09/11/2015, CORP		1 000 000	99,76		997 575	105,21	1 052 060
BES, 5.625%, 05/06/2014, CORP		3 000 000	102,40		3 072 060	104,50	3 135 028
<b>sub-total</b>		<b>4 000 000</b>			<b>4 069 635</b>		<b>4 187 088</b>
<b>sub-total</b>		<b>7 550 000</b>			<b>7 609 086</b>		<b>8 010 693</b>
<b>total</b>	<b>113 478</b>	<b>7 550 000</b>			<b>8 101 085</b>		<b>8 384 899</b>
<b>2.2 - Títulos estrangeiros</b>							
<b>2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação</b>							
<b>2.2.1.1 - Ações</b>							
APERAM, NA	53			0,00	0	13,39	709
<b>sub-total</b>	<b>53</b>				<b>0</b>		<b>709</b>
<b>sub-total</b>	<b>53</b>				<b>0</b>		<b>709</b>
<b>2.2.2 - Títulos de dívida</b>							
<b>2.2.2.1 - De dívida pública</b>							
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		500 000	107,73		538 675	109,98	549 908
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		550 000	113,32		623 241	113,49	624 183
FRTR, 3%, 25/10/2015, GOVT		500 000	105,59		527 965	105,50	527 503
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		500 000	98,48		492 407	103,81	519 070
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		80 000	112,01		89 604	116,24	92 990
NETHER, 2.75%, 15/01/2015, GOVT		200 000	105,30		210 598	105,23	210 464
<b>sub-total</b>		<b>2 330 000</b>			<b>2 482 490</b>		<b>2 524 118</b>
<b>2.2.2.3 - De outros emissores</b>							
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150 000	94,43		141 643	107,69	161 540
BBVA, 3%, 09/10/2014, CORP		1 700 000	102,09		1 735 528	102,11	1 735 822
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		200 000	97,37		194 750	103,59	207 176
EDF, 3.875%, 18/01/2022, CORP		100 000	98,99		98 986	112,79	112 790
ENI, 4%, 29/06/2015, CORP		250 000	105,42		263 550	106,57	266 428

# Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1  
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL)		262 000	98,63		258 414	103,45	271 048
GE CAPITAL FNDNG, 4.625%, 04/07/2014, CORP		150 000	104,14		156 203	104,32	156 474
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200 000	96,83		193 664	95,65	191 306
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		150 000	96,81		145 218	100,06	150 088
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		88 000	99,11		87 216	92,40	81 313
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		500 000	99,38		496 896	99,40	497 002
BFCM, 4.25%, 05/02/2014, CORP		100 000	102,36		102 360	104,13	104 131
TELEFONICA, 4.674%, 07/02/2014, CORP		50 000	104,94		52 472	104,53	52 265
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		500 000	99,49		497 460	100,11	500 526
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000	99,18		99 177	114,79	114 793
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150 000	99,10		148 655	97,36	146 034
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	97,62		48 808	104,17	52 087
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		200 000	99,83		199 660	100,15	200 300
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		100 000	99,24		99 241	113,78	113 784
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		100 000	98,37		98 372	99,89	99 894
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		140 000	99,57		139 395	110,02	154 029
EDP FINANCE, 5.5%, 18/02/2014, CORP		50 000	106,22		53 109	105,12	52 558
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		200 000	118,81		237 627	133,76	267 510
HSBC, 4.5%, 30/04/2014, CORP		100 000	104,74		104 740	104,27	104 273
SKANDINAV ENSKILDA, 5.5%, 06/05/2014, CORP		100 000	106,57		106 573	105,26	105 262
BARCLAYS BANK, 5.25%, 27/05/2014, CORP		200 000	105,15		210 295	104,97	209 947
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		200 000	112,87		225 735	126,63	253 270
ABBIEY NATIONAL, 3.625%, 14/10/2016, CORP		400 000	99,63		398 520	108,61	434 431
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		200 000	100,02		200 035	111,01	222 018
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		100 000	99,88		99 885	116,35	116 353
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		150 000	97,67		146 508	104,62	156 924
BBVA SENIOR FINANCE, 3.875%, 06/08/2015, CORP		50 000	99,90		49 951	105,57	52 787
NORDEA BANK, 2.75%, 11/08/2015, CORP		100 000	99,74		99 738	104,46	104 462
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		200 000	97,72		195 431	105,97	211 931
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		100 000	99,60		99 602	106,68	106 683
CREDIT SUISSE, 2.875%, 24/09/2015, CORP		100 000	99,71		99 708	104,33	104 334
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		100 000	100,09		100 093	106,67	106 665
BNP PARIBAS, 3.75%, 25/11/2020, CORP		150 000	99,51		149 260	109,91	164 862
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		455 000	104,00		473 200	112,45	511 661
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		460 000	103,65		476 790	111,65	513 599
NAB, FRN, 07/04/2014, CORP		200 000	99,23		198 456	100,29	200 590
RABOBANK, 3.5%, 17/10/2018, CORP		100 000	99,27		99 270	108,87	108 866
STANDARD CHARTERED, 3.875%, 20/10/2016, CORP		100 000	99,62		99 621	108,13	108 131
REPSOL INTL FINANCE, 4.25%, 12/02/2016, CORP		100 000	99,64		99 642	109,91	109 911
RABOBANK, 4%, 11/01/2022, CORP		50 000	99,09		49 545	113,36	56 679
BMW FINANCE, 2.125%, 13/01/2015, CORP		100 000	99,83		99 825	103,63	103 630
RABOBANK, FRN, 13/01/2014, CORP		50 000	99,92		49 960	100,21	50 107
BANCO SANTANDER, 4.375%, 04/09/2014, CORP		1 700 000	102,96		1 750 235	103,59	1 761 019
SANTANDER INTL DEBT, 4.625%, 21/03/2016, CORP		1 300 000	104,90		1 363 700	110,30	1 433 852
INTESA SANPAOLO, 4.125%, 19/09/2016, CORP		200 000	103,96		207 920	106,66	213 320
INTESA SANPAOLO, 4%, 09/11/2017, CORP		386 000	106,61		411 508	105,95	408 955
<b>sub-total</b>		<b>12 941 000</b>			<b>13 214 148</b>		<b>13 723 420</b>
<b>sub-total</b>		<b>15 271 000</b>			<b>15 696 638</b>		<b>16 247 538</b>
<b>total</b>	<b>53</b>	<b>15 271 000</b>			<b>15 696 638</b>		<b>16 248 247</b>
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>113 532</b>	<b>26 321 000</b>			<b>27 542 447</b>		<b>28 449 068</b>

## Desenvolvimento da Provisão Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Anexo 2  
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2012 (1)	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2013* (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
<b>Não Vida</b>				
Doença	41 062 190	(31 808 740)	9 562 999	309 549
	<b>41 062 190</b>	<b>(31 808 740)</b>	<b>9 562 999</b>	<b>309 549</b>
<b>Total</b>	<b>41 062 190</b>	<b>(31 808 740)</b>	<b>9 562 999</b>	<b>309 549</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

## Discriminação dos Custos com Sinistros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Anexo 3

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros * (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Doença	2 525 815	-	(73 565)	2 452 250
<b>Total de seguro direto</b>	<b>2 525 815</b>	<b>-</b>	<b>(73 565)</b>	<b>2 452 250</b>
Resseguro Acelte	144 840 947	5 138 323	1 974 428	151 953 698
<b>Total</b>	<b>147 366 762</b>	<b>5 138 323</b>	<b>1 900 863</b>	<b>154 405 948</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Anexo 4

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 507 516 362

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Doença	2 939 862	2 919 292	(2 452 251)	(320 332)	(373)
<b>Total de seguro direto</b>	<b>2 939 862</b>	<b>2 919 292</b>	<b>(2 452 251)</b>	<b>(320 332)</b>	<b>(373)</b>
Resseguro Aceite	185 805 810	184 864 913	(151 953 699)	(28 856 700)	(939 306)
<b>Total</b>	<b>188 745 672</b>	<b>187 784 205</b>	<b>(154 405 950)</b>	<b>(29 177 032)</b>	<b>(939 679)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

**05**

RELATÓRIO  
SOBRE O GOVERNO  
DA SOCIEDADE

Avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que a Sociedade se encontra obrigada de acordo com o Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

		Avaliação Cumpre	Referências no relatório
<b>1</b>	<b>OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL</b>		
1.1	Objetivos		
1.1.1	Cumprimento da missão e objetivos que lhes tenham sido fixados;	X	1.1;1.2
1.1.2	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis;	X	1.2
1.2	Transparência		
1.2.1	Divulgação da informação anual, sobre o modo como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.	X	1.2
1.2.2	Submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	X	5.5
1.3	Prevenção da corrupção		
1.3.1	Cumprimento da legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção	X	2.2.6
1.4	Padrões de ética e conduta		
1.4.1	Adotar ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.	X	2.1.1.
1.4.2	Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.	X	2.1.2
1.5	Responsabilidade social		
1.5.1	Prosseguir com os objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.	X	8 e 2.2
1.6	Política de recursos humanos e promoção da igualdade		
1.6.1	Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.	X	2.3
1.6.2	Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.	X	2.3.1

(continuação)

		Avaliação Cumpre	Referências no relatório
<b>2</b>	<b>PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE</b>		
2.1	Independência		
2.1.1	Os membros do Órgão de Administração devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	X	5.7
2.2	Participações patrimoniais		
2.2.1	Os membros do Órgão de Administração, devem declarar no início de cada mandato, ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como à IGF, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.	X	5.7
2.2.2	Os membros do órgão de administração devem cumprir com os deveres de informação, sobre participações patrimoniais, nos termos do disposto, designadamente, no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.	X	5.7
<b>3</b>	<b>DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO</b>		
3.1.	No Site Institucional		
3.1.1	Enquanto empresas públicas que atuam em regime de livre concorrência no mercado, devem divulgar: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A composição da sua estrutura acionista;</li> <li>• A identificação das participações sociais que detêm;</li> <li>• A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;</li> <li>• O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;</li> <li>• Os documentos anuais de prestação de contas;</li> <li>• Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;</li> <li>• A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios, respeito do estabelecido na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.</li> <li>• A informação anual, sobre o modo como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.</li> <li>• A informação financeira anual resultante da auditoria externa, realizada por um auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários</li> <li>• Relatório sobre a prevenção da corrupção identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências;</li> <li>• Adoção de um código de ética</li> </ul>	X	7.2
<b>4</b>	<b>Relatório de boas práticas de governo societário</b>		
4.1	Apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário, contendo informação atual e completa sobre todas as matérias relativas às práticas de governo societários, reguladas pelo DL 133/2013	X	7.2

# 1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

## 1.1. Missão

A Missão encontra-se descrita no Relatório de Gestão.

## 1.2. Principais Objetivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas e setoriais definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado através do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos objetivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à atuação da empresa, e que se encontram descritos no Relatório de Gestão, no ponto relativo às Perspetivas de Evolução.

A Companhia desenvolve, anualmente, um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do Plano de Atividades e Orçamento é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.

# 2. Princípios Gerais de Atuação

## 2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, cujo regime jurídico consta do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

A Companhia está, também, sujeita às normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da atividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspectos mais relevantes do respetivo funcionamento e do exercício da atividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

#### **2.1.1. Código de Conduta**

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

#### **2.1.2. Tratamento Equitativo dos Titulares de Interesses Legítimos**

A Sociedade trata com equidade os seus clientes, fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores, outros credores que não fornecedores e, de um modo geral, qualquer entidade que com ela estabeleça relação.

### **2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação**

Toda a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental, de índole laboral e ainda das normas relativas à prevenção da corrupção.

#### **2.2.1. Aplicação de Normas de Natureza Fiscal**

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis.

### **2.2.2. Aplicação de Normas de Branqueamento de Capitais**

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a atividade da Companhia é norteadada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua atividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respetivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

### **2.2.3. Normas de Concorrência e de Proteção do Consumidor**

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de proteção do consumidor.

### **2.2.4. Aplicação de Normas de Natureza Ambiental**

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só na aplicação das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

### **2.2.5. Aplicação de Normas de Índole Laboral**

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

### **2.2.6. Aplicação de Normas Relativas à Prevenção da Corrupção**

A sociedade cumpre escrupulosamente as regras relativas à prevenção da corrupção.

## **2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos**

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

- Humanização das relações e das condições de trabalho;
- Não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- Respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- Adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.
- Implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo e para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade;
- Aplicação de políticas de recursos humanos orientadas para o tratamento com respeito e integridade dos seus trabalhadores e que contribuam ativamente para a sua valorização profissional.

### **2.3.1. Igualdade de Tratamento e de Oportunidades Entre Homens e Mulheres**

A distribuição do efetivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

### **2.3.2. Conciliação da Vida Pessoal, Familiar e Profissional**

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

### **2.3.3. Valorização Profissional dos Trabalhadores**

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

## **3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas**

São entidades relacionadas todas as empresas controladas pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. e outras entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Das transações com empresas relacionadas, destacam-se como sendo mais relevantes as operações relativas a gestão de ativos, serviços de renting automóvel e aquisição de serviços específicos associados à atividade seguradora (nomeadamente resseguro e análise de riscos).

## **4. Outras Transações**

### **4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços**

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;

- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

#### **4.2. Transações que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado**

Não se verificaram na Companhia transações fora das condições de mercado.

#### **4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual se a Percentagem Exceder 1M€**

Adecco Marketing Services, Lda.

#### **4.4. Cumprimento das Orientações Relativas às Normas de Contratação Pública**

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a Sociedade dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

#### **4.5. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento**

A Companhia, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços,

## 5. Modelo Societário

O modelo de governo da sociedade que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal;
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

### 5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral tem a seguinte composição:

Presidente: Maria Isabel Toucedo Lage  
Secretário: Carla Cristina Curto Coelho

A Assembleia Geral, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2013-2015, delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade.

### 5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao triénio de 2013-2015, tem a seguinte composição:

Presidente: José António Rodrigues Nunes Coelho  
Vogais: Carlos Vaz de Macedo Cunha Coutinho  
Maria João Carço Honório Paulino de Sales Luís

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Sociedade.

### 5.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período triénio de 2013-2015.

### **5.3.1. Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto

Luís Máximo dos Santos

Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

### **5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes.

### **5.4. Secretário da Sociedade**

Efetivo: Maria Isabel Toucedo Lage

Suplente: Carla Cristina Curto Coelho

### **5.5. Auditor Externo**

A auditoria anual às contas da Companhia é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e a Direção de Contabilidade e Informação Financeira.

### **5.6. Sistema de Controlo**

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance, Comité de Risco, Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Aos restantes Órgãos de Estrutura da Companhia cabe assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo, competindo-lhes também o papel de dinamizador no processo de gestão de riscos e de controlo interno;

A Companhia tem vindo a desenvolver um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos relacionados com Solvência II e em particular da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de novembro.

Neste sentido, a Companhia prosseguiu o desenvolvimento de um conjunto de atividades relacionadas, quer com a definição de políticas de risco e modelo de governação, quer com a implementação de processos de medição do risco e sua utilização nos processos de gestão.

No âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia procedeu à documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio. Foram também estabelecidos procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de auto-avaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Estão, assim, criadas as condições para uma ampla integração destes sistemas no modelo de negócio e para a criação de um processo de introdução de melhorias contínuas nos mesmos.

### **5.7. Prevenção de Conflitos de Interesses**

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos que envolvam os seus interesses e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração cumprem com as obrigações declarativas consagradas quer no regime jurídico do setor público empresarial, quer no estatuto do gestor público.

## **6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores**

### **Órgãos Sociais**

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada pelo Senhor Dr. Vítor José Lilaia da Silva e pelo Senhor Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro submeteu à Assembleia Geral de 5 de abril de 2013, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo.
- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do setor de atividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.
- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.
- A partir de 1 de janeiro de 2011 foi aplicada uma nova redução remuneratória de 10%, por força do artigo 19º nº 1 alínea c) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- A remuneração variável dos administradores da Sociedade com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- De acordo com o artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, mantém-se a regra de que, durante o período de execução do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), não haverá remunerações variáveis.
- Na linha do que já ocorreu em anos anteriores de execução do PAEF, é suspenso, em 2013, o pagamento do Subsídio de Férias em conformidade com o disposto no artigo 29º da referida Lei nº 66-B/2012.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não têm qualquer remuneração, fixa ou variável.
- No ano de 2013, a Comissão de Remunerações aplicará à Sociedade as regras que forem definidas para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em consideração as alterações ao Estatuto do Gestor Público, aprovadas pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra-definida foi aplicada no exercício de 2013, com exceção da suspensão do pagamento do Subsídio de Férias que, em virtude da decisão do Tribunal Constitucional que declarou inconstitucional o artigo 29º no Orçamento de Estado para 2013, veio a ser pago.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Anexo ao presente relatório.

#### **Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal**

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização e assenta num sistema de onze bandas salariais. Para cada função está identificado um intervalo remuneratório, composto por um conjunto de bandas construídas com base em duas vertentes: a interna e a externa. A interna, alicerçada na prática salarial da companhia e decorrente de uma análise de equidade interna. A externa, tendo por referência as práticas salariais do mercado através de uma análise de benchmarking.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respetivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes fatores: o desempenho da Companhia, o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Gestão de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências e a dos objetivos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, a componente associada às competências e aos objetivos qualitativos tem maior peso que a componente associada aos indicadores de rentabilidade.

#### **Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal**

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
Membros executivos	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Crítérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	Sendo a remuneração consentânea com o seu papel na instituição ela não é alheia ao desempenho da mesma.
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Parcialmente Cumprida	
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

## 7. Divulgação de Informação Relevante

### 7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transacionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

### 7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade visa dar cumprimento ao disposto no artigo 54º, n.º 1 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

## 8. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No atual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, pois integra o grupo que detém a liderança no mercado segurador.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2013, os fatores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalisador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu acionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspetos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de ações concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

## 9. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspetiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

## 10. Anexo

### 10.1. Mesa da Assembleia Geral

(Valores em Euros)

Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	0.00	0.00
Redução remuneratória*	0.00	0.00
Remuneração anual efetiva	0.00	0.00

\*Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

### 10.2. Órgãos de Fiscalização

(Valores em Euros)

Conselho Fiscal	P	V	V
	Vasco Valdez	João G. Pinto (1)	Luis M. Santos
Remuneração anual fixa	11 200.00	0.00	8 400.00
Redução remuneratória*	-917.00	0.00	-469.00
Remuneração anual efetiva	10 283.00	0.00	7 931.00

\*Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

(1) Opção pela pensão/suspensão da retribuição (artigo 78º do Estatuto da Aposentação, com a redação do Decreto-Lei 137/2010)

(Valores em Euros)

ROC	2013
Remuneração anual auferida	0.00
Redução remuneratória*	0.00
Remuneração anual efetiva	0.00

\*Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

## 10.3. Auditor Externo

(Valores em Euros)

Auditor Externo	2013
Remuneração anual auferida	35 402.00
Redução remuneratória*	a)
Remuneração anual efetiva	35 402.00

\*Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

a) valores negociados ao nível do grupo CGD. Contrato sem redução.

## 10.4. Conselho de Administração

(Valores em Euros)

	P José António Nunes Coelho	V Carlos Coutinho	V Maria João Sales Luís
	I	I	I
<b>Mandato</b>			
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>
<b>Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)</b>	<b>176 294.95</b>	<b>129 120.88</b>	<b>116 733.52</b>
<b>OPRLO Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>
<b>Entidade de Origem (identificar)</b>	<b>N/a</b>	<b>N/a</b>	<b>N/a</b>
<b>Entidade pagadora (origem/Destino)</b>	<b>Multicare</b>	<b>Multicare</b>	<b>Multicare</b>
1.1.Remuneração Anual	V. nota (2)	144 045.16	130 473.92
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0.00	0.00	0.00
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0.00	0.00	0.00
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	V. nota (2)	577.50	770.00
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	V. nota (2)	14 346.78	12 970.40
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0.00	0.00	0.00
1.7.Reduções de anos anteriores	0.00	0.00	0.00
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	173 432.35	129 120.88	116 733.52
2. Remuneração variável	0.00	0.00	0.00
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT) (3)	0.00	0.00	0.00
4.Outras			
- Férias não gozadas	2 862.60	0.00	0.00
Subsídio de deslocação	0.00	0.00	0.00
Subsídio de refeição	2 797.20	2 376.00	2 286.00
<b>Encargos com benefícios sociais</b>			
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	11 582.68	32 127.15	29 054.57
Seguros de saúde	0.00	1 830.86	2 842.40
Seguros de vida	0.00	127.80	78.24
Seguro de Acidentes Pessoais	0.00	4.66	192.72
Outros:			
- Seguro de acidentes de trabalho	0.00	1 598.18	1 411.85
- Fundo de Pensões ou Plano Individual de Reforma	24 977.16	718,08	0.00
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>	<b>S</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Entidade (identificar)		N/a	N/a
Remuneração Anual	Conforme explicitado no respetivo Relatório e Contas	N/a	N/a

(2) A deliberação da Comissão de Remunerações estipula que a remuneração mensal fixada como Presidente já incorpora as reduções legalmente previstas, sem as especificar

(3) IHT já incluído na remuneração anual

(Valores em Euros)

## Parque Automóvel

Mandato	P	V	V
	José António Nunes Coelho	Carlos Coutinho	Maria João Sales Luís
Modalidade de Utilização	Renting	Renting	Renting
Valor de referência da viatura nova	N/a	N/a	N/a
Ano Início	2010	2009	2013
Ano Termo	2014	2013	2017
N.º prestações (se aplicável)	N/a	N/a	N/a
Valor Residual	N/a	N/a	N/a
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	13 456.08	8 794.55	6 274.34
Combustível gasto com a viatura	1 924.40	4 066.30	3 238.55
Plafond anual Combustível atribuído	0.00	0.00	0.00
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	874.80	2 713.88	2 687.18
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	N/a	N/a	N/a

(Valores em Euros)

## Outras Regalias e Compensações

Mandato	P	V	V
	José António Nunes Coelho	Carlos Coutinho	Maria João Sales Luís
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	S.P.	S.P.	S.P.
Gastos anuais com comunicações móveis	1 398.39	4 968.46	1 571.92
Outras (indicar)	0.00	0.00	0.00
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	N/a	N/a	N/a

(Valores em Euros)

## Gastos c/ deslocações

Mandato	P	V	V
	José António Nunes Coelho	Carlos Coutinho	Maria João Sales Luís
Custo total anual c/ viagens	365.84	756.78	870.12
Custos anuais com Alojamento	352.50	352.50	583.75
Ajudas de custo	178.70	536.10	625.45
Outras (indicar)	0.00	0.00	0.00

**06**

RELATÓRIO  
E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL  
E CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS

**MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.**

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**EXERCÍCIO DE 2013**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Analisámos, ainda, o Relatório do Governo da Sociedade com o qual se deu cumprimento ao estabelecido no artigo 54º, n.º 1 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

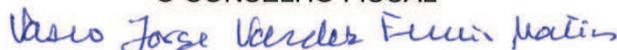
**PARECER**

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

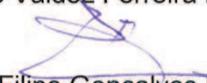
O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

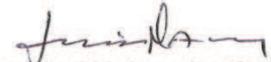
Lisboa, 12 de Março de 2014.

O CONSELHO FISCAL



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

  
João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

  
Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO  
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA  
MULTICARE – SEGUROS DE SAÚDE, S.A.  
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2013**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

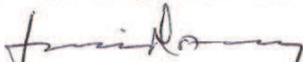
Lisboa, 12 de Março de 2014.

O CONSELHO FISCAL



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

  
João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

  
Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 122.892.564 Euros e capitais próprios de 49.863.926 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.686.538 Euros, a Demonstração de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Multicare – Seguros de Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador (Nota 2).

## **Relato sobre outros requisitos legais**

5. É também nossa opinião que a informação financeira de 2013 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2014



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes

**MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, S.A.**

**Grupo Caixa Geral de Depósitos**